



Anais da Assembléia

Nº 153

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 235ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Sampaio e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Jorge Sato, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 332/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 33/77, ex-Proposição número 273/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, objetivando realização de cursos de treinamento no âmbito da Administração Municipal no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ. e CF., por unanimidade.

O SR. OSVALDO MACEDO — Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Eu requeriria à Mesa, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo a V. Exa. Atendendo questão de ordem, do Deputado Osvaldo Macedo, esta Presidência colocará a matéria em votação, ao inverso. — Em votação.

Primeiramente, esta Presidência quer pedir aos Srs. Deputados a gentileza de tomarem seus respectivos lugares.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa., Sr. Presidente, a um

simples olhar pode verificar que não há número para votação.

A Mesa, de ofício, pode não colocar a matéria, em votação, porque não há número.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Realmente, mas esta Presidência, segundo o Regimento, vai atender o requerimento do Deputado Osvaldo Macedo. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Primeiramente, faço a verificação e, em seguida atendo V. Exa.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução número 332/77, permaneçam como estão. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, por favor, queiram se levantar. — (Pausa). — Dez Srs. Deputados rejeitam; três, aprovam.

Não há quorum para a votação.

Em seguida, o Sr. Primeiro Secretário, Deputado Gabriel Sampaio fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, atendendo questão de ordem, do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede a chamada dos Srs. Deputados).

(O Sr. Ivo Thomazoni, assume a Presidência) — (Pausa).

O SR. 1º SECRETÁRIO — Sr. Presidente, 29 Srs. Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação Projeto de Resolução número 332/77. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 332/77. Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 236ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelino, Deni Schwartz, Hélio Manfrinato (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LUIZ RABELO, ocorrido na cidade de Bela Vista do Paraíso - PR.

Requer ainda, após a ciência da Casa, seja dado conhecimento à Excelentíssima família residente em Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos de hoje de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor MANOEL BORGES, ocorrido hoje, nesta Capital.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à família enlutada e ao seu genro na cidade de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma e nos termos regimentais, requeiro à douta Mesa, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. AFONSO JOÃO HAUPT, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

O extinto era titular da tradicional empresa comercial de Curitiba, Livraria João Haupt & Cia. Ltda., estabelecida à Rua São Francisco, um dos mais antigos do gênero, e à frente dessa organização sempre se destacou como homem de alto tirocínio comercial, razão do desenvolvimento e progresso dessa firma que é, hoje, das mais conceituadas nesse tipo de comércio.

Além da sua capacidade de homem de empresa, era o Sr. Afonso João Haupt pessoa dotada de profundo espírito humanitário, atributos que o faziam grandemente estimado quer no meio empresarial, quer na sociedade curitibana, que hoje se entristecem com o seu falecimento.

Requeiro, ainda, uma vez aprovado este requerimento, se dê conhecimento à família enlutada da manifestação desta Assembléia, transmitindo-se-lhe, através de mensagem, as condolências deste Poder pelo falecimento do seu chefe, na pessoa de sua esposa, a Sra. Ana Haupt, com endereço à Rua General Carneiro, 638, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1977.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, veemente apelo no sentido de que seja determinado, com urgência, ao Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria de Estado dos Transportes, o asfaltamento da rodovia que liga Santo Antônio do Caiuá e São João do Caiuá à cidade de

Paranavaí, passando pelo Distrito de Sumaré.

Tal apelo se faz, tendo em vista que 80 por cento da população de Santo Antônio do Caiuá e São João do Caiuá, se encontra, por vínculos comerciais, ligada à cidade de Paranavaí, e também, em razão do reconhecimento, pelo próprio Poder Público, de que o asfalto de baixo custo vem a ser mais econômico e vantajoso aos cofres públicos, em relação à conservação e manutenção de estradas não asfaltadas.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata, de voto de regozijo dirigido à Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná, pela promoção do 1º Painel de Jornalismo, que se desenvolve nesta Capital. Requer a remessa do pronunciamento.

Requer ainda, o envio de expediente ao Senhor Ministro do Trabalho, enfatizando a necessidade da reabertura de inscrições para o registro de jornalistas. Requer a remessa com a justificativa anexa.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A liberdade de imprensa é apenas um dos aspectos das liberdades públicas.

Embora sendo um dos aspectos das liberdades públicas, a liberdade de imprensa tem sua peculiaridade como liberdade de informação e comunicação, de que deve usufruir todo o povo.

Lutamos para que cada vez mais a imprensa preste seus inestimáveis serviços à coletividade e atue, influndo em todos os campos da atividade social.

Lutamos lado a lado com as instituições políticas, para os quais a imprensa constitui um corolário de ação e pensamento.

A imprensa é o registro da vida econômica, política e social em sua essência.

O direito de todo o povo à comunicação e informação é que confere, no entanto, à imprensa seu valor e sua função social.

Daí porque o acesso à imprensa, vale dizer à comunicação e informação organizadas, é um direito de todas as classes sociais.

Acesso não só em ser referida como notícia ou informação eventual ou constante, mas acesso como produtora da própria informação organizada.

Em outras palavras, é impensável uma imprensa cerceada, castrada. Como é impensável uma imprensa anti-social. Precisamos da imprensa não só aberta à informação e comunicação sociais como permanentemente aberta ao ingresso de representantes das classes sociais diversas e até a existir imprensa para categorias profissionais, classes sociais e regiões.

E então como chegar à profissionalização? Como chegar ao aprimoramento do profissional de imprensa?

Há apenas uma forma defendida pelas pessoas de bom senso.

Intuitivamente, as direções sindicais e as próprias delegacias de trabalho têm relutado na aplicação draconiana de uma lei anti-social recentemente editada, como um dos pacotes destes tempos de angústia política.

Na verdade, por inadvertência ou por estreiteza em sua visão profissional, alguns profissionais nem sempre tão profissionais ou nem sempre com a visão política e social necessárias, exigiram da Junta Militar que sucedeu o Senhor Costa e Silva a adoção de uma lei e regulamentos que os preservassem da concorrência social, a pretexto de garantir-lhes o trabalho.

E foi isso: em vez da garantia de acesso ao trabalho e de atividade regulamentada, essas pessoas pretenderam obter a exclusividade da comunicação social, ao mesmo tempo em que se criavam escolas de baixo nível para a formação dos "profissionais do futuro".

Esses atos da Junta, inconstitucionais, pois que não conseguem justificar a comunicação social como uma especialidade fora do alcance das outras classes e pessoas, e então afrontam os direitos sociais à comunicação, acabaram ficando como um aborto, que todos temem aplicar, exceto os "novos cristãos."

Quer dizer, têm sido apenas "cavalo de batalha" de alguns poucos, nem sempre competentes, geralmente iludidos pela escolarização do jornalismo e comunicação social.

Não há dúvida de que essa atividade específica que é o jornalismo, necessita ser regulamentada. Mas nada tem que ver, por exemplo, com relações públicas; e está misturada, tornando, também aqui, impossível a criação de legislação e regulamentação justas e adequadas.

Para concluir, podemos traçar com clareza, os seguintes aspectos:

A ATIVIDADE DO COMUNICADOR SOCIAL, ESPECIFICAMENTE O JORNALISTA, DEVE SER EXERCIDA ATRAVÉS DE UM REGISTRO ABERTO DE PROVISIONAMENTO POR TRÊS ANOS, APÓS OS QUAIS, A QUALIFICAÇÃO PLENA DO PROFISSIONAL SERIA OBTIDA. MAS, PERDENDO-A, SE AO PRAZO DE DOIS ANOS DEIXASSE DE EXERCER SUA ATIVIDADE; ISTO É, SE ABANDONASSE A ATIVIDADE POR DOIS ANOS PERDERIA SUA QUALIDADE DE PROFISSIONAL OU DE PROVISIONADO, TENDO DE RECOMEÇAR SE DESEJASSE, A PARTIR DE NOVO PERÍODO DE INSCRIÇÃO.

Praticamente, a abertura para os provisionamentos vem caminhando nessa direção, só que com muitos artifícios e confusões, devido à pressões de pessoas mal-formadas, duplamente mal-formadas, em termos escolares e em termos culturais, que esperam — iludidas pelo governo e suas escolas de jornalismo — o emprego a que teriam direito.

Os profissionais que há muito militam na atividade jornalística, sabem que já não satisfaz a ninguém, a atual regulamentação e que tudo ali na legislação é questionável.

Agora mesmo, através da Câmara Municipal de Maringá, por iniciativa do ilustre Vereador, Senhor José Maria Bernardelli, recebi expediente, solicitando a abertura de inscrições para o registro de jornalista.

Na verdade, o que se deseja é uma ação efetiva de parte do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e da Delegacia do Trabalho, para novos registros.

Porém, muito mais, aproveitando que o atual Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, Senhor Ayrton Batista, é ao mesmo tempo o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, que lance a todos os profissionais e interessados, o desafio de uma avaliação social de sua atividade, que honre efetivamente a categoria, isto é, que se façam os estudos necessários das responsabilidades e direitos na área da Comunicação Social, chegando a conclusões válidas para este período de redemocratização e para sempre, sobre os direitos do exercício da comunicação social, que não pode constituir privilégio de um grupo, escolarizado ou não; embora se reconheça seu pleno direito à regulamentação, que na verdade depende muito mais dos próprios profissionais do que do governo.

É preciso que as entidades sindicais cobrem força para estabelecer os critérios seletivos que não devem ser burocráticos, nem estatais.

Finalizando, tomo a liberdade de solicitar o envio de cópias do ofício da Câmara Municipal de Maringá ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, à Delegacia Regional do Trabalho e ao Ministério do Trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, ouvida a Casa, transcrição nos Anais deste Legislativo, do artigo publicado no jornal "GAZETA DO POVO" sob título "Centro Administrativo terá inauguração hoje", bem como a consignação de um voto de congratulação à firma PROSDÓCIMO na pessoa de seu titular Sr. PEDRO PROSDÓCIMO, pela inauguração do referido Centro.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1.977.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o douto Plenário, requer sejam enviados expedientes ao Governo do Estado, através a TELEPAR, no sentido de que se instale, em BOA ESPERANÇA, os serviços telefônicos, sistema DDD.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1.977.

(a) Jayme Rodrigues Carvalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, requerem sejam enviados expedientes ao Governo do Estado, através a TELEPAR, no sentido de que se instale, em JANIÓPOLIS, os serviços telefônicos do sistema DDD.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1.977.

(aa) Jayme Rodrigues Carvalho.

Quielise Crisóstomo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista o Art. 22, § 2o. da Constituição Estadual, vem diante a V. Exa., requerer, como de fato requer, independente de qualquer pronunciamento do douto Plenário, providências no sentido de que seja, encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado encarecendo urgente informação ao requerimento de lavra deste Deputado, datado de 08 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1.977.

(a) Lúcio Machado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, requerem sejam enviados expedientes ao Governo do Estado, através a TELEPAR, no sentido em que se instale um posto de serviços telefônicos no Distrito de Arapuã, Município de JANIÓPOLIS.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1.977.

(aa) Jayme Rodrigues Carvalho e

Quielise Crisóstomo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje pela manhã tivemos oportunidade, como convidados que fomos de participarmos dos festejos de inauguração do centro administrativo Pedro Prosdócimo, inegavelmente uma obra que orgulha o meio empresarial paranaense, eis que, a clã comandada, como ele é intimamente chamado pelo velho Pedro Prosdócimo e por inúmeras pessoas, há várias décadas

iniciava a sua vida no comércio com uma pequena loja de bicicletas, e com o desenrolar dos anos, chegou a ser esta grande empresa, liderada por este homem de 72 anos de idade.

Nós estamos endereçando à Mesa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um voto de congratulações pelo grande e auspicioso acontecimento.

Nós dissemos, entre outras tantas, que aos 72 anos de idade, Pedro Prosdócimo é o símbolo do empresariado paranaense. (Lê)

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, um voto de congratulações a ser inserido na ata dos trabalhos de hoje, ao empresário Pedro Prosdócimo, pela inauguração do Centro Administrativo que leva o seu nome.

Aos 72 anos de idade, Pedro Prosdócimo é o símbolo do empresariado paranaense.

Dirigindo uma rede de 25 lojas e mais seis empresas, dentre elas uma fábrica de refrigeradores e "freezers", "o velho", como é carinhosamente chamado por seus funcionários, labuta em sua firma, orgulho de todos nós paranaenses, há sessenta anos, promovendo Prosdócimo S.A., de uma loja fundada por seu pai João Prosdócimo, à organização comercial de hoje, uma das grandes entre as grandes empresas nacionais.

Falar de Pedro Prosdócimo seria redundância e a aprovação de um voto de congratulações, por esta Casa, demonstraria a este empresário, a gratidão de todos os paranaenses pelo muito que deu ao nosso Estado.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1.977."

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não querendo ser agradável ao grupo Prosdócimo, pela humildade com que se revestem os atos deste homem de empresa, como disse um padre, peço perdão por não me lembrar do nome dele, um diácono, que quando foi lá fazer a benção das novas instalações, disse que há 9 anos atrás, por iniciativa da firma Prosdócimo, os pobres estavam tendo um lenitivo, que anos mais tarde seguido por outras empresas paranaenses também.

Mas a iniciativa cabe exclusivamente, de dias melhores que os pobres têm no dia 25 de dezembro, cabe a Pedro Prosdócimo, porque foi ele, em conversa com este Padre que fez a benção das novas instalações, disse do seu interesse de dar um percentual do lucro de sua empresa aos menos favorecidos pela sorte, fato este, posteriormente, seguido por outras empresas do Paraná.

Mas, pela singularidade do fato e por esse acontecimento de hoje, entendemos que este voto de congratulações seja dos mais justos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, segundo orador inscrito. (Ausente)

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa tem, sistematicamente, noticiado as incurções do Presidente do Senado, a sua viagem em busca do diálogo com as elites da sociedade brasileira.

De vez que o povo ou as camadas populares, não vão ser consultados.

É sistematicamente, apontado como o objetivo da missão Portela, a revogação do AI-5 e a propósito, o jornal "O Estado de São Paulo" de hoje, traz um editorial que é digno de ser conhecido por quem se interesse, em conhecer o que realmente representa o AI-5.

Mesmo porque, o Presidente da Assembléia Francesa, visita o País, e época houve nesta Nação, e nesta Assembléia também, em que se defendeu a procedência do AI-5 porque ele se equiparava a um dispositivo constitucional da própria Cons-

tituição Francesa, Constituição outorgada e votada pelo povo, o que vale dizer: Constituição legítima; e não como a nossa que foi outorgada por uma Junta Militar.

Mas, diz o Editorial:

"Para inibir a levandade desses paralelos que andaram sendo traçados entre o Art. 16 da Constituição Francesa e o AI-5, ou as misteriosas "salvaguardas eficazes do Estado" de que se cogita para substituí-lo, deveria bastar um mínimo de atenção e respeito pela diversidade do contexto sócio-político e jurídico; A França vive sob uma Constituição mais de uma vez submetida a referendo popular, o Brasil tem uma Carta introduzida sob senha falsa, e de emenda constitucional, promulgada por uma Junta Militar e jamais exposto ao crivo do debate e do sufrágio.

E, por maior que tenha sido o desdém votado por De Gaulle ao sistema de representação político-partidária vigente na França sob a IV República, não se poderá jamais negar tenha o general, com a habilidade de todos sempre nele reconheceram e com métodos que até hoje são passíveis de controvérsia, cuidado do respaldo da opinião pública, mesmo quando invocada razões de Estado, o que evitou que seu estilo se confundisse com os dos ditadores sob crises como a do terrorismo na Metrópole, promovido pelo movimento de libertação da Argélia, a ALN, ou a do "putsch" dos generais da OAS, inconformados com a liquidação, naquele país africano, do sistema colonial.

No Brasil, com mais absoluta sem-cerimônia, crises apenas virtuais parecem justificar ditaduras sem limite algum, sequer de tempo, e uma oposição política normal dá pretexto à violência estabelecida que foi o "pacote" de abril.

Diferenças tão marcadas não podem sustentar paralelos constitucionais; e até deveriam sugerir certo constrangimento.

Mas há alguma inibição a se esperar dos que postulam o assalto prévio aos direitos humanos e o estupro das liberdades a título de legítima defesa do Estado?

A instância seguinte seria desmarcar-lhes a hipocrisia, ouvindo alguém que pudesse falar com conhecimento direto de causa.

E foi o que fez nosso correspondente em Paris, Real Júnior, ouvindo o Presidente da Assembléia Nacional Francesa, Edgar Faure, ora na chefia da delegação parlamentar que visita o Brasil.

Mestres nacionais, cuja dignidade sempre os isolou dos "juristas de ocasião", já tinham desfeito a balela: tal o prof. Seabra Fagundes, em mesa-redonda recentemente promovida por este jornal.

E com a interpretação deste vem concordar "in totum" a dada por Edgar Faure ao artigo 16 da Constituição Francesa, é uma arma contra a debandada que se produziu, por ocasião da agressão de 1.940.

Visa a preservação das instituições e não a sua supressão.

Não consente que se dissolva, por ocasião dos recursos aos Poderes que conferem à Assembléia Nacional.

E muito menos que se violem de qualquer maneira que seja, os direitos do cidadão.

Mente portanto à Nação, quem se louva no exemplo da Constituição Gaulista, para alargar a necessidade em defesa do Estado, se instrumento como o AI-5 ou piores, como noticiou, num anúncio que não deixou de ser uma confissão, o líder do Governo na Câmara.

Ou mente, ou joga com a desinformação alheia, o que é também uma fórmula calculada de mentir.

A inovação brasileira de 1.969, na emenda constitucional número 1, foi colocar os poderes excepcionais, fora da Constituição.

Jamais com o caráter de poderes constitucionais, que têm

as salva-guardas bem definidas, do art. 16 da Constituição Francesa.

A inovação brasileira foi assentar das disposições transitórias da Constituição, um artigo que permanentemente a desmente.

Reconheceu o Presidente da Assembléia Nacional Francesa, no discurso à Câmara dos Deputados, a eventualidade de um perigo público, que em contra a democracia parlamentar em posição de enfraquecimento em relação a adversários menos escrupulosos.

Eventualidade que permitiria a Democracia exonerar-se de todo o formalismo e sair do quadro de seu processo normal, para salvaguardar sua existência, na falta da qual não haveria mais nem processo, nem forma de Direito. Ou seja, para salvar-se como democracia.

Restitua-se por conseguinte, ao Brasil, a realidade de uma democracia constitucional, antes de esvaziá-la por completo, conferindo ao Presidente da República, o poder de fazer o que quiser.

Com ela se restituirá também ao país, a consciência de perigo público, que aceitará até exceções às regras costumeiras da democracia.

Perigo que ameaça o Estado democrático, como Estado Democrático.

Eu que se incluirão também as ambições de poder, desmesurado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, inscrito.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Um dos problemas mais sérios na Faixa de Fronteira do País é o da segurança. Mas segurança vista em sua totalidade e não apenas a nomeação de prefeitos e autoridades para a região.

Aliás, a nomeação de prefeitos e de outras autoridades pode inclusive, representar para todos uma insegurança. Disso temos inúmeros exemplos.

Nos últimos dias, a Associação dos Advogados e Serventuários da Comarca de Medianeira vem solicitando providências sobre as instalações policiais daquele Município. Particularmente sobre a situação dos preços.

A segurança envolve inclusive a proteção dos presos sob a guarda da lei. E não é possível que, por ser preso, alguém seja tratado como animal.

A denúncia mostra que os presos de Medianeira estão comendo restos de comida de restaurantes, doados em latas de conserva usadas. Mostra que estão sendo reunidos em excesso lotação nos cubículos; sem arejamento, sem iluminação e sob precaríssimas condições de higiene.

Depois da pompa da inauguração da Delegacia de Polícia não se tomou nenhuma providência para fornecer meios para que as autoridades locais oferecessem garantias decentes na prisão.

A Associação diz que essas irregularidades afetam o conceito social de uma comunidade e que "a negligência em que se encontra o estado de coisas muito vem a preocupar a classe, pois que além de ser contrária aos princípios cristãos e humanos, poderá acima de tudo trazer condições desastrosas."

E termina, enfatizando a necessidade de "uma tomada de posição por parte das autoridades responsáveis ...".

Este é o lado da carência humana.

"O Paraná", de Cascavel, relata as arbitrariedades da polícia de Medianeira, tomando depoimento de quatro vítimas e envolvendo uma outra vítima que conheceram na prisão.

O jornal nos dá conta de que o delegado de polícia de Medianeira, bêbado, agiu com abuso de autoridade defronte

ao Clube local, prendendo e espancando quatro rapazes de Cascavel que foram ao baile naquela cidade.

O delegado não gosta de motocicletas. E, por não gostar, já vai ameaçando e intimidando aqueles que usam esse tipo de veículo. Não permitiu que os estudantes estacionassem defronte ao clube, e que fossem deixar as "motos" no mato.

Em seguida, já foi a bofetadas, fazendo calar as reclamações, sem mesmo se identificar. E ato contínuo prendeu, com seus ajudantes igualmente atrabiliários, todos os jovens, metendo-os na imunda prisão que dirige.

Lá, ainda coube aos jovens assistirem ao espancamento de um preso ferido, promovido pessoalmente pelo delegado de polícia.

O incidente vem apenas juntar-se aos problemas de segurança e abusos que enfrenta a comunidade local. Quando a própria autoridade confunde suas funções, só podemos esperar o mais grave.

Porém a comunidade local não pode ficar à espera de que se repitam fatos iguais ou mais graves para saber da falta de condições do titular da Delegacia de Polícia além das instalações policiais."

Srs. Deputados, alguém tem que zelar pela ordem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. (Declina).

Passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna no dia de hoje talvez — principalmente porque a matéria é bastante extensa, nós teremos que tomar todo o tempo destinado ao Grande Expediente — talvez se torne cansativa, apesar da grande importância do assunto, mas um assunto que, em via de regra, não é tão debatido, tão discutido e, se nesta Casa nós temos em andamento uma Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo Deputado Renato Bernardi, que se intitula "A Desparanização", nós poderíamos quase que plagiar este tema e dizer que o assunto que nós iremos trazer na tribuna, no dia de hoje, que se refere a um projeto de lei, ora em tramitação na Comissão de Agricultura do Congresso Nacional, se aprovada esta lei, nós estamos fazendo um desserviço à Nação brasileira, e mais, uma desbrasilização de mais um dos setores de maior importância para a economia nacional, ou seja o setor de pesquisa e o de sementes.

Nessas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, iremos colocar à apreciação desta Casa um requerimento que, se aprovado, deverá ser encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli e também cópia aos Líderes das bancadas da ARENA e do MDB, no Congresso Nacional, Senado e Câmara Federal e ao Presidente das Comissões de Agricultura da Câmara e o Senado, e se refere à Lei de Proteção dos Cultivares.

Várias entidades já se manifestaram contrárias a essa lei. Entre elas, destacamos: a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, sob a presidência do engenheiro agrônomo Rubens de Moura Rezende; a OCEPAR, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, dirigida pelo agrônomo Benjamin Hamerschmidt; a Federação da Agricultura do Paraná, presidida pelo coronel e engenheiro agrônomo Mário Stadler de Souza; e também num trabalho muito bem fundamentado da Associação dos Engenheiros do Estado de São Paulo.

Esse assunto já foi debatido na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, todos eles aprovaram memoriais e requerimentos, pedindo a paralisação dessa lei.

Durante a realização do II Simpósio Nacional do Soja, em Curitiba, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, através do Deputado Celso Ivan Costa, apresentou um requerimento nesse sentido, sendo o mesmo aprovado pelos participantes do Simpósio, porque essa lei é maléfica para os destinos da economia agrícola nacional.

Nessas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de passarmos à leitura do requerimento propriamente dito, quremos ler algumas considerações sobre esse assunto, considerações de todas as entidades que citamos. (Lê):

"A minuta da lei é um documento tecnicamente completo, havendo quem diga tratar-se de cópia da legislação americana sobre o assunto.

2. O documento não foi levado, até a presente data, ao conhecimento da classe produtora para ser debatido.

Sendo, todavia, do conhecimento dos setores interessados na promulgação da lei, produtores de sementes, como é o caso do grupo Nikkerson, Cargil, Agrocere, Klein-Wan-Leben.

3. Todavia, sem entrarmos no mérito da minuta, acompanhamos tão somente repercussões passíveis de ocorrência, com sua eventual implantação no País:

1— Trata-se de legislação utilizada com sucesso nos EEUU, Inglaterra, Alemanha etc. (países industrializados, com um percentual reduzido de população ativa, vivendo das lides do campo). Países industrializados de centro (modelo capitalista).

2.— O Brasil como país em vias de desenvolvimento, ainda ostenta 40 por cento da população vivendo no meio rural.

Outrossim, pelas próprias características de país periférico, dentro do mundo capitalista, dotado de modelo sócio-econômico ajustado às condições nacionais (como é o caso do monopólio do petróleo, e associação do Governo nos empreendimentos vitais à economia nacional), não deveria, no caso da produção de sementes, adotar simplesmente, as regras de jogo dos países desenvolvidos, ficando totalmente mercê à vontade destes.

Deveria, isto sim, conscientizar-se de sua posição privilegiada no tocante ao setor e impor as regras de jogo mais favoráveis aos interesses nacionais.

4.— Até hoje ainda está arraigado dentre a maioria dos pesquisadores nacionais e a própria iniciativa privada, a crença de que pesquisa agrícola é atribuição exclusiva do Governo.

a) A iniciativa privada nacional deseja de proceder pesquisa no setor de trigo e soja, (por exemplo) encontrou sempre os maiores óbices de ordem institucional para atuar neste campo, não havendo, daí estruturas indígenas (exceção da estrutura oficial EMBRAPA, IAC, IAPAR, Secretarias de Agricultura de vários Estados e na iniciativa privada nacional da Federação das Cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul) com potencial suficiente para competir com os grupos multinacionais neste campo.

b) Caso promulgada a lei em pauta, ora em discussão, as multinacionais, (IPB, (Grupo Nikkerson) associada com Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, a Pfizer, do Grupo Rockefeller, a Shell, a Klein-Wanz-Leben, Ricasa, Grupo Becker, Agrocere, Cargill etc) estarão levando nítida vantagem, em termos competitivos, sobre a iniciativa privada nacional, interessada na defesa e promoção do produtor rural (principalmente das cooperativas, hoje, responsáveis pela organização da produção, através de distribuição dos fatores de produção e coleta da produção, circunstância que confere ao produtor maior resistência na barganha por melhores preços, quando da compra dos insumos e da venda da matéria prima).

c) As associações econômicas do tipo, evidenciadas na alínea "b" obtiveram uma amplitude, a maior possível, na oferta de insumos, (sementes, defensivos, inseticidas,

fungicidas, herbicidas à agricultura e vacinas e remédios à pecuária; adubos, silos, tratores e equipamentos)."

Desta forma, Srs. Deputados, Sr. Presidente, nós entregaremos, como se diz na gíria, "o outro ao bandido".

Passarão todos os setores da economia rural brasileira a depender exclusivamente de grupos internacionais, de grupos pertencentes às multinacionais.

"Dentro das operações casadas, onde somente será, por certo, o chamariz mais poderoso na formação da clientela.

Ocorre que tal tendência poderá reduzir o poder da barganha das cooperativas que não disporão de sementes das variedades em oferta (do potencial produtivo maior ou em lançamento) por tratar-se de propriedade dessas empresas, enfraquecendo conseqüentemente, o vínculo entre o associado e a cooperativa, o que finalmente poderá levar a um afrouxamento da entrega da produção à cooperativa, ou condicioná-la a funcionar como simples armazém coletor das empresas multinacionais que operam na industrialização e exportação dessas matérias primas.

4. No entender de vários técnicos nacionais consultados a respeito, a legislação pretendida é "precoce para o Brasil":

a) Pelo fato de não haver a iniciativa privada nacional condições competitivas com as multinacionais.

b) A pesquisa oficial, apresentar características de pouca agilidade do ponto de vista comercial (sustentada que é por recursos orçamentários), além de excessivamente burocrática, dificilmente podendo competir com as multinacionais do porte das que estão se fixando no País.

c) Por objetivar implantar no País, com a dependência total do produtor rural, quando procuram, através de um único grupo empresarial, satisfazer a necessidade do produtor, sementes, pesticidas, máquinas, equipamentos e assistência técnica e etc.

d) Ostentar, no País, uma invejável posição na produção de soja e trigo, sem dispor de legislação protecionista de cultivares.

5) O Brasil, no que tange à soja e trigo, culturas em evidência, a primeira pelo fato de o Brasil haver passado a segundo produtor mundial, e a segunda, pela política agressiva de auto-suficiência da produção, está evoluindo satisfatoriamente, sendo que, em relação à soja, a produtividade, no Paraná, é superior à média americana e no trigo, apesar da defasagem da pesquisa, a produtividade do Paraná situou-se em 74, em 1.456 kg por hectare.

Está claro que as variedades originam-se, em cultivo, de material processado basicamente nos Estados Unidos e México. (Algumas variedades oriundas daqueles países mostraram excelentes resultados no Brasil (trigo-cultivares: Ciano, IRN, L. Rojo, Noroeste, Norteño, Sonora, Tobarí etc. - soja, Bragg, Cooker 358, Bienville, Hood, Hill, Hardee, Andrews, outras, melhoradas com introdução de germoplasma nacional, ou através de simples seleções deste material), originaram cultivares com características superiores de produtividade.

6) O material estrangeiro pode ser comprado nos mercados internacionais a preço de mercado, sem implicações de pagamento de "royalties".

A dificuldade para entrada de maiores partidas sempre existiu por parte do setor fitossanitário nacional, devido o risco inerente a estas operações de importação concomitante de patógenos ou pragas não existentes no País.

Mesmo no campo da bataticultura, o Brasil sempre importou material genético de classe superior, a preço de mercado, sem nunca pagar "royalties" aos produtores, com a sua multiplicação.

7) A implantação da lei virá contribuir para o registro do material importado e conseqüentemente pagamento de "royalties" em decorrência de sua multiplicação pelo prazo estipulado na Lei (de 15 a 25 anos).

8) Caso não possa ser evitada a implantação da lei seria de todo conveniente a ativação da pesquisa a nível de iniciativa privada nacional, com a remoção dos obstáculos e óbices ainda hoje colocados em seu caminho, para viabilizá-la.

Seria desejável que o poder público se dedicasse com maior afinco à pesquisa pura, delegando o desenvolvimento da pesquisa aplicada à estrutura privada nacional.

9) Nas associações de interesse econômico tipo (IPB X Cia. Melhoramentos Norte do Paraná X Shell etc.,) as empresas que se associam são sempre especializadas, permanecendo cada qual com o controle do "know how" gerado.

Em caso de dissolução de uma "Holding" dessas o "Know how" retorna às origens, sem permanecer no país hospedeiro."

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos, também, um trabalho elaborado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná, trabalho este, que também mostra a apreensão no sentido de que se possa ter, no Brasil, a aprovação desta lei.

Com a aprovação desta lei ora em discussão, se vai proibir, praticamente, a centenas de produtores hoje no Paraná, e milhares no Brasil, com seus campos de produção de sementes, se irá proibir, praticamente, que, as próprias prefeituras também tenham os seus hortos florestais.

Porque todo o produtor, todo o lavrador, ao comprar sementes, ao comprar mudas para colocar nas suas propriedades, para plantar suas cidades, para semear no solo, este produtor terá que pagar direitos autorais, até vinte e cinco anos, como está previsto na lei.

Isto quer dizer que, como as empresas, as prefeituras, as próprias empresas brasileiras não têm o poder e a força das multinacionais, como é o caso das empresas que foram citadas; o Brasil ficará dependendo, exclusivamente de 5 ou 6 empresas multinacionais, aqui dentro, também para o fornecimento de sementes para a produção dos produtos agrícolas.

Se nós já dependemos no mercado internacional, do preço fixado por essas mesmas empresas, vamos depender, também do preço fixado para compra e venda de sementes.

Isto quer dizer que teremos que comprar sementes, sempre, caras e vender nossos produtos, como vendemos, quase sempre abaixo do preço previsto, ou de custo de produção que o lavrador tem, para produzir.

Nestas condições, queremos ler, então, o requerimento e, se aprovado, enviá-lo ao Sr. Ministro da Agricultura. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer:

I — Seja encaminhada ao Exmo. Sr. ALYSSON PAULINELLI, DD. Ministro da Agricultura, apelo no sentido, de que a chamada "LEI DE PROTEÇÃO AOS CULTIVARES", tenha o seu projeto de tramitação paralizado.

II — Quando novamente surgir interesse por parte do Ministério da Agricultura de trazer este assunto à tona, o fazer somente depois de dar total conhecimento a todos os interessados, seja da área governamental, ou da área privada, assim como entidades classistas da área de cooperativismo e sindical.

III — Canalização de maiores recursos por parte do Governo Federal, para o setor de Pesquisas de sementes, e demais setores da agricultura.

Sala das Sessões em 23 de novembro de 1977

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Enviar cópias aos Líderes das bancadas da ARENA e MDB na Câmara Federal e Senado, Presidentes das Comissões de

Agricultura e Executiva da Câmara Federal e Senado.

Como justificativas que anexo a este documento, valho-me das argumentações apresentadas em plenário e aprovadas por unanimidade pelas Assembleias Legislativas dos Estados de São Paulo e Santa Catarina, para dizer que o objetivo de tal iniciativa não é outro senão o patenteamento de sementes no Brasil, o que acarretará a desnacionalização do setor de produção de sementes.

O patrocínio pelo Ministério da Agricultura do projeto de lei de proteção aos cultivares vem aniquilar os trabalhos desenvolvidos pelos Institutos Agrônomicos existentes no Brasil e demais estabelecimentos estaduais de pesquisas, no campo da produção de sementes, para fornecê-las por preços módicos aos nossos agricultores.

Como se não bastasse a constante desnacionalização havida nos diversos setores da produção, esta medida, se aprovada a Lei, causará, indubitavelmente, a elevação dos preços das sementes selecionadas, o que seria uma fatalidade para a agricultura brasileira, que irá contribuir, com o suor de seus trabalhadores para o aumento do lucro (evasão de divisas) de empresas estrangeiras em atividades no Brasil.

Como exemplo, basta lembrar que as grandes empresas produtoras de sementes de milho híbrido de São Paulo são quase todas elas estrangeiras.

Conforme citação do Ilustre Deputado Celso Ivan da Costa, da Assembleia Legislativa do vizinho Estado de Santa Catarina, a organização produtora das famosas sementes "REIS DE OURO", de grande aceitação no mercado consumidor, de origem autenticamente nacional, com mercado atual de 150.000 sacas anuais de milho híbrido, estão sendo adquiridas pela PFIZER DO BRASIL por US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares).

Isto vale dizer que se não bastasse na comercialização, também no fornecimento de sementes, os plantadores de milho ficam à mercê de poderosas empresas multinacionais, que acabarão por impor seus preços também na aquisição de sementes selecionadas.

Se aprovada a Lei, o Governo estará prejudicando a ciência brasileira, já que de acordo com seu espírito, toda a pesquisa feita com sementes passará a ser do conhecimento exclusivo da empresa produtora, secreta, portanto, sem a possibilidade de intercâmbio cultural.

Referido projeto de lei, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, além de antipatriótico, atinge todo um trabalho governamental no setor de pesquisa agrícola, como o que vem sendo realizado em nosso Estado, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e pelo IAPAR (Instituto Agrônomico do Estado do Paraná), sediado em Londrina.

A atitude a ser tomada é dar mais incentivos, mais recursos aos projetos ora em desenvolvimento pelos Governos Estaduais, Universidades, Cooperativas, instalação de laboratórios experimentais, com o pagamento de melhores salários aos técnicos e pesquisadores.

Admitimos o patenteamento de produtos industrializados, a fim de protegê-los contra similares de outros países, mas nunca o patenteamento de sementes, pois elas representam uma dívida da natureza, aperfeiçoada pela inteligência e pelo trabalho do homem, que, de forma alguma, poderá estar a serviço dos interesses de grupos estrangeiros.

Pretender proteger as sementes por meio de patenteamento é proteger interesses comerciais de grupos econômicos de Nações já desenvolvidas, em detrimento dos verdadeiros interesses dos agricultores e dos grupos privados nacionais.

Nestas condições, Senhor Presidente, corroborando este expediente anexamos pronunciamentos oficiais dos seguintes órgãos:

Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná; Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Paraná; Fede-

ração da Agricultura do Estado do Paraná; Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo.

(Lendo): "PROTEÇÃO AOS CULTIVARES
POSIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS
AGRÔNOMOS DO ESTADO DE SÃO PAULO,
FRENTE À LEGISLAÇÃO

A SEMENTE NA AGRICULTURA.

A agricultura brasileira tem, ao longo de nossa história, desempenhado importante papel econômico. Além da produção de matéria prima e alimentos para consumo interno, é a responsável por cerca de 70 por cento do valor de nossas exportações.

Na base de todo processo de produção agrícola estão sem dúvida as sementes, de cuja qualidade dependem a produtividade e o volume de produção. Portanto, a existência de um trabalho amplo de pesquisas na área de melhoramento genético é um fator de extrema importância.

A PESQUISA E A PRODUÇÃO DE SEMENTES, HOJE

Tanto na pesquisa como na produção de sementes muito se tem feito, sendo de inestimável valor o trabalho desenvolvido pelos Institutos de Pesquisas, Universidades, Cooperativas e outros órgãos. O material genético de que dispomos para culturas voltadas para a exportação, cujas pesquisas recebem apoio governamental, como o café, cana-de-açúcar, cacau e soja, entre outros, é dos melhores do mundo.

Mesmo assim há muito por se fazer. As instituições de pesquisa vem lutando com grandes dificuldades, enfrentando a falta crônica de recursos e a evasão de seus técnicos mal remunerados. Apesar disso, pode-se dizer que dispomos hoje de bons pesquisadores e considerável bagagem de conhecimentos no setor.

No Estado de São Paulo, a multiplicação das sementes desenvolvidas pelos centros de pesquisas, a maioria ligados ao poder público, tem sido feita através dos Campos de Cooperação (supervisionados pelas Secretarias da Agricultura) ou por produtores particulares os quais, em quase sua totalidade, são pequenas e médias empresas de capital nacional. No tocante a sementes híbridas, atuam algumas empresas multinacionais, que entretanto não são as responsáveis pelo maior volume de produção.

LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AOS CULTIVARES

Atualmente existem dois Projetos de Lei de Proteção aos Cultivares.

Um deles é o Projeto de Lei número 3072 de 1976, de autoria do Deputado Federal pelo Paraná, Sr. Oswaldo Buskei, que se resume em acrescentar dispositivo à Lei número 5772 de 21 de dezembro de 1971 a qual "institui o Código de propriedade Industrial e dá outras providências", com a introdução do § quarto ao artigo sexto da Lei número 5772: "São igualmente privilegiáveis os processos suscetíveis de utilização industrial, para obtenção de sementes básicas de novas variedades agrícolas ou florestais".

O outro conhecido por "Projeto de Patente de Sementes" ou "Projeto de Lei de Proteção aos Cultivares" ou ainda, "Lei dos Direitos dos Melhoramentos de Plantas", é defendido pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SEMENTES - ABRASEM. Tal legislação, visa garantir às instituições descobridoras de novas variedades um percentual sobre cada unidade dessa nova variedade que seja comercializada, ou ainda: "assegurar aos melhoradores de plantas de novos cultivares, exclusividade de sua multiplicação e comercialização no país para fins de sementeira e plantio".

Pretende tal legislação que toda nova variedade, criada ou introduzida, somente poderá ser multiplicada e comercializada pelo seu criador, pessoa física ou jurídica, que

lhe detenha a patente; quanto a comercializá-la mediante pagamento de taxa aos respectivos melhoradores.

Enquanto que a primeira legislação mencionada não apresenta argumentos para sua elaboração, a segunda fundamenta-se no fato de que há falta de recursos para a pesquisa na área de sementes e, para que tais recursos sejam canalizados, faz-se necessário que uma legislação proteja o melhorista pelos investimentos efetuados.

POSIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS
AGRÔNOMOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Desnecessário se torna mencionar a importância de tais legislações, pois que sua aprovação implicaria numa séria e gradativa mudança na estrutura básica de pesquisa genética e produção de sementes no nosso país.

A Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, ao ter conhecimento de tão importante assunto (1) entrou em contato com várias entidades e técnicos diretamente ligados à questão a fim de que pudesse se posicionar. Ao verificar o desconhecimento do assunto, apesar de sua tramitação estar em fase adiantada, a AEASP tomou posição pública contrária à aprovação de ambos os anteprojetos, considerando as conseqüências desinteressantes para o país e para o desenvolvimento de uma tecnologia nacional.

Tal posição da AEASP teve ampla divulgação por parte da imprensa, possibilitando que todas as camadas que, direta ou indiretamente, sofreriam conseqüências da referida Legislação, tivessem conhecimento da questão.

Autoridades, como o Presidente da República, Ministros, Senadores e Deputados, foram comunicados sobre a posição da AEASP, e muitos deles manifestaram preocupação com a tramitação da matéria.

Uma moção da AEASP foi aprovada na 29a. Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em São Paulo, de 6 a 13 de julho de 1977.

Todas as Associações Estaduais de Engenheiros Agrônomos foram informadas sobre a posição da AEASP, e na sua maioria manifestaram apoio, após amplo debate.

(1) e consta que o Ministério da Agricultura após receber relatório elaborado por um assessor seu sobre a Legislação de patenteamento de sementes em outros países, formou um grupo de trabalho para estudar a questão. Esse grupo convidou alguns elementos da ABRASEM para discussões. Após isto, foi elaborada minuta do anteprojeto de Lei de Proteção aos Cultivares e enviada a três órgãos, um dos quais aquela associação e as duas outras ligadas ao Ministério da Agricultura (EMBRAPA E COMPATER) para críticas e sugestões.

Em meados de agosto, a AEASP participou de um Simpósio sobre o assunto promovido pela FAESP - Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, que contou com a presença de elementos da ABRASEM, defensora de um dos anteprojetos.

Mais recentemente, entidades como a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - OCESP e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR manifestaram-se publicamente contrárias aos projetos de Lei de Proteção aos Cultivares, pelos aspectos altamente negativos e contrários aos interesses dos agricultores e de nosso país.

Finalmente, cumpre à AEASP, nesse X Congresso Brasileiro de Agronomia, apresentar a sua posição sobre a matéria.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO
DOS CULTIVARES

A fim de facilitar a compreensão do assunto, torna-se necessário tecer algumas considerações sobre a pesquisa e

tecnologia, enfocados econômica e socialmente.

A Técnica, que é um conhecimento, não se torna escassa por ser compartilhada entre muitos, já que não é algo material. É possível, entretanto, através de certos mecanismos, transacioná-la comercialmente, vendendo-a ou alugando-a, bastando, para tanto, conservá-la em segredo. Assim, as vantagens que a técnica encerra, não são conhecidas e aproveitadas ao máximo pela sociedade, sem pagamento prévio.

O tipo de instituição que desenvolve novas técnicas é que definirá, de acordo com seus objetivos, sua posterior divulgação. No caso da agricultura, as novas técnicas desenvolvidas pelas instituições públicas são amplamente divulgadas. A orientação, em setor tão importante, como a alimentação da população do país, sem falar que trata-se do principal produto de exportação brasileiro, é a de que se desenvolvam técnicas para resolver os sérios problemas do setor, independentemente do seu uso comercial.

Por isso, defendemos a participação governamental na pesquisa agrícola brasileira. Parte do dinheiro arrecadado com os impostos é aí aplicado, não sendo razoável cobrar-se novamente um preço pela venda a esta mesma população.

Existem ainda certas técnicas que são, por sua natureza, avessas às transações comerciais: é o caso de técnicas de espaçamento, de conservação do solo, de cultivo, e outras que não estão diretamente ligadas a nada necessariamente material. São também indispensáveis para os aumentos de produtividade e rentabilidade, para que se aproveite todo o potencial de uma variedade nova.

O progresso técnico condiciona o desenvolvimento, e a pesquisa pública torna-se um dos instrumentos de política agrícola. Através da orientação dada à pesquisa, conduz-se a agricultura. O desenvolvimento de boas variedades de soja, por exemplo, influíu decisivamente na expansão da cultura e nos resultados com a exportação. Quando a pesquisa agrícola é deixada a cargo apenas de empresas particulares, e não se sabe, com o passar do tempo, que parcela dessa pesquisa seria de responsabilidade apenas do setor privado, tornando-se difícil o seu planejamento em função das necessidades do País. A pesquisa de empresas particulares é orientada para objetivos seus, não necessariamente coincidentes com os da nação, já que não levam em conta todos os aspectos da estratégia do desenvolvimento.

A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS PRIVADAS

A pesquisa agrícola pode ser desenvolvida tanto por órgãos públicos como por iniciativa de empresas privadas.

Seria altamente louvável a participação do setor privado em pesquisa de sementes, além de sua participação na ampla faixa de produção de híbridos, no sentido de somar forças em busca do desenvolvimento agrícola, com maiores benefícios sociais.

Apenas não concordamos com o privilégio criado pela lei, condição exigida para a participação da empresa privada no setor.

SEMENTES MELHORADAS

Alguns números do Prognóstico 76/77, da Secretaria da Agricultura, mostrados a seguir indicam que ainda hoje os produtores paulistas não utilizam, para sua produção, apenas sementes melhoradas (Vide página 10).

A simples divulgação de sementes melhoradas das variedades já existentes seria suficiente para trazer grande aumento de produtividade.

Atualmente, podem-se obter todas as variedades desenvolvidas no exterior, sem que se pague por isto, bastando introduzi-las e adaptá-las às nossas condições, por intermédio dos órgãos da Secretaria da Agricultura.

O AUMENTO NO CUSTO DE PRODUÇÃO

Evidentemente, o encarecimento da semente provoca

elevação do preço do produto, devido a participação importante desse fator na composição do custo do produto final. Os defensores da Lei argumentam que a cobrança de direitos autorais sobre as novas variedades patenteadas não encarecerá pois a semente representaria de 1 a 5 por cento do custo total de uma lavoura. Entretanto, no prognóstico 76/77, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, nota-se que o custo da semente chega, no caso do trigo, por exemplo, a 37,5 por cento do custo total desse produto.

O quadro abaixo apresenta a participação percentual da semente, no custo total de 1 hectare de cultura. (Vide página 10).

OLIGOPOLIZAÇÃO DO MERCADO

Este é o mais importante ponto a ser considerado. Diante das organizações multinacionais, a empresa nacional, a médio prazo, poderá também perder o mercado de sementes no país para aquelas empresas, cujo pequeno número e grande poder podem levar, em pouco tempo, à situação de oligopólio do mercado.

PRESSÕES CONTRA A COMPETITIVIDADE DE PRODUTOS BRASILEIROS

É conhecido o fato de que muitos países, para melhorar seu balanço comercial, favorecem seus produtos de exportação e impõem barreiras aos produtos estrangeiros. No caso de desenvolvimento expressivo de determinado produto agrícola brasileiro, países que se sintam ameaçados na competição poderiam boicotar, através de suas empresas aqui sediadas, a nossa produção, já que poderiam contar com razoável controle da produção de sementes em nosso próprio país.

O PESQUISADOR

O pesquisador certamente não será beneficiado com a Lei de Sementes, pois se for do Estado, não terá maior estímulo para sua pesquisa, pois o governo não pode cobrar por um serviço já financiado. Se trabalhar em firma particular, as novas descobertas serão feitas obviamente em nome delas, e não em seu nome. (Se é que haverá pesquisa).

PERDA DO CONTROLE DE IMPORTANTE SETOR BÁSICO

O setor de produção de sementes ficaria à mercê de interesses financeiros, que orientam a pesquisa com preocupação, principalmente comercial, nem sempre de acordo com as necessidades do país, inclusive as alimentares da população.

GARANTIA DE INVESTIMENTOS

Por último, vale ressaltar que embora o ante-projeto de Lei afirme ser ele a solução para aumento de recursos na pesquisa de variedades melhoradas, em nenhum ponto do referido trabalho isso é garantido.

As empresas multinacionais poderão trazer de seus países de origem as variedades já descobertas. A introdução dessas variedades, portanto, significa a não injeção de recursos em pesquisa, e prejuízo para a tecnologia nacional, além da introdução de variedades não necessariamente as mais interessantes para nossa agricultura.

Assim, ao contrário da injeção de recursos no setor, o que provavelmente poderá acontecer será o desestímulo à continuidade de cerca de 6 mil projetos de pesquisas agropecuárias atualmente em andamento nas diversas instituições governamentais brasileiras e a conseqüente e irreparável desestruturação organizacional e funcional desses órgãos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se prever que as conseqüências da aprovação dos anteprojetos de lei poderão ser, principalmente:

Quadros anexos, referentes à página 9.

CULTURA	Produção de Semente Melhorada				Produção Semente Comum		S.M. TOTAL
	Secretaria de Agricultura		Produção Particular				
		%		%		%	%
Milho	6.693	28	12.969	53	4.468	19	81
Soja	2.920	10	7.865	30	16.007	60	40
Amendoim	2.245	11	1.375	6	17.531	83	17
Arroz	7.470	33	526	2	14.955	65	35
Algodão	8.142	100	—	—	—	—	—
Feijão	582	7	—	—	7.568	93	7

	71/72	72/73	73/74	74/75	75/76	Estimativa 76/77
Algodão TM	3,39	3,17	2,34	1,98	2,12	2,56
					TMA	
Amendoim TA	25,52	25,02	28,22	21,36	23,92	29,70
Arroz sequeiro	5,4	5,16	5,32	4,44	5,64	9,93
Feijão TA	19,71	18,49	17,66	15,54	12,92	22,13 águas
Feijão TM	—	15,40	15,39	14,09	11,33	19,71 águas
Milho TM	2,64	2,50	2,83	TMA 1,99	TMA 2,27	TMA 3,26
Soja TMA	12,34	11,71	12,82	8,82	15,83	18,84
					TM	
Cana	3,26	3,7	7,56	6,11	12,93	12,99
Trigo	—	—	22,82	14,69	19,64	37,51

Fonte: Custo de produção publicados pelo Instituto de Economia Agrícola nos Prognósticos da Agricultura Paulista dos anos 72 a 76.

- TA — tração animal.
TM — tração mecânica.
TMA — tração moto-animal.

- Desnacionalização do setor de pesquisas em sementes e mudas;
- Dependência tecnológica remessa de "royalties" para o exterior;
- Perda do controle desse setor que é a produção de sementes e possibilidade de controle do setor por outros países com conseqüente não desenvolvimento de tecnologia própria;
- Aumento do custo de produção de semente e conseqüente aumento do custo do produto;
- Oligopolização do mercado de sementes;
- Desestruturação dos órgãos de pesquisa agropecuária.

PROPOSTA

Considerando, diante do exposto, que ambos os anteprojetos em tramitação não defendem interesses nacionais, a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo submete a má posição à manifestação da Classe Agrônômica Brasileira presente ao X Congresso Brasileiro de Agronomia, propondo:

- a). paralização da tramitação dos anteprojetos de Lei;
- b). continuidade na discussão ampla do assunto por todos os setores interessados;
- c). estudo de formas de aumento de recursos para a pesquisa de sementes".

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Deputado Lázaro Dumont, nos parece válida a preocupação de V. Exa., e acredito que, uma vez mais, V. Exa. contará com o apoio integral da Casa para a pretensão que V. Exa. formulou.

No entanto, quer nos parecer, se ouvimos bem, que V. Exa. tem com relação à importação de sementes, uma preocupação futura. E, segundo ouvimos, de uma conferência do próprio Presidente da Federação da Agricultura, Coronel Mário Stadler de Souza, hoje já constitui problema para a nossa agricultura a importação de sementes.

Portanto, quer me parecer que este problema já se constitui num problema atual para nossa agricultura. Não sei se com isso estaria de alguma forma, prestando uma modesta colaboração ao ilustrado trabalho de V. Exa., ou se isso teria alguma implicação no trabalho de V. Exa. Mas, a fim de que, na abordagem do assunto este fato não fique fora da sua realidade, permiti-me acrescentar a V. Exa., se realmente esse problema da importação de sementes, não se constitui no presente já, numa séria e grave preocupação econômica, para nosso Estado e nosso País.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado, agradeço o aparte de V. Exa., e gostaria de frisar o seguinte: inclusive neste trabalho que acabei de ler, e que faz uma análise de todo este movimento que se faz hoje no Brasil, contra esta lei, grande parte dele, é da Federação da Agricultura, presidida pelo Dr. Mário Stadler de Souza.

E o que o governo deveria se preocupar no momento, efetivamente, o Ministério da Agricultura, seria de dar mais recursos nos campos experimentais existentes no Brasil, hoje, aos institutos agrônômicos, para que não ficassem com verbas reduzidas, evitando desta maneira, que a pesquisa seja limitada; e incentivar as empresas privadas as cooperativas, para que elas também desenvolvessem um trabalho de pesquisa, na produção de sementes adequadas e climatizadas às diversas regiões brasileiras. Aí nós concordamos que, realmente, os cultivares brasileiros necessitam de uma lei de maior amparo por parte do Governo. Então, o que acontece:

Ainda os nossos órgãos, os oficiais, recebem por parte de verbas orçamentárias, verbas baixíssimas, sem condições de desenvolver pesquisas à altura da demanda, hoje existente no Brasil.

As empresas particulares nossas, por estrutura, ou mesmo as cooperativas, como é o caso da FICULTRIGO, no Rio Gran-

de do Sul, não tem estrutura, suporte econômico capaz de concorrer com as empresas multinacionais. É o caso, por exemplo, desta empresa citada pelo Deputado de Santa Catarina, que uma grande empresa, que produz 150 mil sacas anuais, milhões de sacas anuais, somente de sementes de milho, e que o grupo (Faizen) está adquirindo por cinco milhões de dólares.

Então, ainda como há uma escassez da produção de sementes, ainda para o Brasil, de uma certa forma é até benéfica a compra de semente, como é o caso nos Estados Unidos, ou no próprio México, principalmente, a semente de trigo, porque se compra esta semente praticamente a preço de mercado interno. Sem os chamados royalties.

Se aprovada esta lei, porque a complexão genética da semente, destas empresas que produzem atualmente, seja nos Estados Unidos, México ou qualquer País, o que aconteceria: o Brasil teria de pagar os royalties lá nos Estados Unidos ou no México, onde seria comprada a semente. Então, evidentemente se leva à conclusão de que esta lei ora em tramitação e que até hoje é interessante que agora o Ministério da Agricultura, diz não saber quem elaborou esta lei. É interessante que esta lei tenha sido conhecida somente por 4 ou 5 firmas que, inclusive, eu citei, multinacionais; que os técnicos brasileiros, os produtores, as entidades de classe, as empresas particulares brasileiras só ficaram sabendo depois que o projeto já estava em tramitação na Comissão de Agricultura do Congresso Nacional.

Ainda ontem tivemos oportunidade de receber um telefonema do Dr. Walter Lazarini, que é Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, e dizia-nos ele, por telefone, que "por incrível que pareça, por mais ligados que nós estejamos ao setor agrícola brasileiro, nós não fomos consultados e nem sabíamos da elaboração deste projeto". Parece que foi feito de propósito, às escondidas, para pegar o produtor e as próprias empresas particulares e o próprio órgão governamental, desprevenido.

Então, nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era o que nós gostaríamos que esta Casa aprovasse na tarde de hoje e, amanhã, quando gerações futuras passarem por aqui ou tiverem conhecimento de que neste País se elaborou uma lei que realmente veio de encontro aos anseios da agricultura brasileira, esses mesmos brasileiros fiquem sabendo que, ao lado de todas as entidades classistas que labutam no meio rural, ao lado dos técnicos e cientistas brasileiros, os Deputados Estaduais do Paraná, esta Casa, também, ombro a ombro, desejosos de que se desse realmente proteção à agricultura brasileira, fiquem sabendo que os Deputados de hoje já levantaram a sua voz, alertando para os prejuízos futuros, se for aprovada a atual lei, que ora infelizmente tramita no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. —

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Consulto à Liderança da Arena se deseja usar ou indicar Deputados para usarem do horário destinado ao seu Partido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O horário reservado à Liderança da Arena deverá se ocupado pelo Deputado Alfredo Gulin que eu presumo esteja nas proximidades do plenário, já que ele pretendia usar hoje do horário do nosso Partido. Solicitaria V. Exa. que fizesse uma convocação...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Considerando que o MDB inscreveu um Deputado para usar do horário reservado à sua grei, a Presidência confere a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, concedendo-a posteriormente, ao representante da ARENA.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Como membro desta Assembléia Legislativa, cumpro o dever de externar o meu pesar pelos rumos que a mesma tem sido conduzida.

E o faço para ressaltar uma vez mais que a República é

sinônimo de lei. Nada se faz nem deve ser feito, senão em função da lei. É o império da lei, diz-se, da lei que pretende estabelecer a igualdade, assegurar a liberdade, impor o direito, estabelecer a Justiça entre os homens.

Para que assim seja, entretanto, a grande, a maior de todas as responsabilidades, recai sobre os eleitores e os aplicadores da lei. Nenhuma lei é totalmente benigna ou maligna, mas a perfeição nunca é atingida pelo legislador. Os resultados ficam na dependência de quem as executa e, primordialmente, de quem as aplica.

Daí poder dizer-se, que na feitura das leis, os resultados ficam, por sua vez, na dependência quase exclusiva dos legisladores, que se presume colocados acima dos interesses pessoais e do faccionismo, partidário, visando o bem comum: a lei é feita para todos, sem distinções de qualquer espécie.

Pelo menos, devia ser assim.

Que se poderia dizer, entretanto, de um órgão elaborador da lei que não se submete, para o comportamento de seus membros, ao seu próprio Regimento Interno, aprovado por ele próprio, para disciplinar sagrados exercícios de suas atribuições, garantir a plena atuação de cada um, prover as suas necessidades para o ordenamento jurídico reclamado pela pretensão legisferante e prevenir, mas punir sempre que se registre a sua quebra ou violação. Enfim, do seu comportamento independente, consciente, digno, patriótico, justo, de inquestionável sabedoria, depende a existência do que se costuma denominar de "a majestade do poder", que seria, no passado, para identificar a soberania dos reis.

Como integrante que é do poder do Estado-Membro, que não é soberano, por que soberano é o Estado só, que incorpora a Nação, não podemos proclamar propriamente, a soberania de qualquer dos órgãos que integram o Poder Estadual, tecnicamente falando, mas, para externar o sentido elevado de sua independência dentro do sistema tripartido, podemos dizer, sem erro, que a Assembléia Legislativa, quando delibera, constitucionalíssimamente é soberana.

Parece, no entanto, que tal é a linguagem do passado, e de um passado remoto, soterrado nos episódios repetidos dos mais inconcebíveis desentendimentos do inconformismo ante a lei, da deturpação das normas morais e éticas, das votações e das decisões trapaceadas, da malandragem consagrada, como legítima sabedoria envenenando o julgamento desconforme do que seja certo e errado, moral e imoral, justo e injusto.

Não será esta a dedução correta de quem venha assistindo e, principalmente, participando das atividades desta Casa?

Como julgarão aos seus membros as gerações vindouras? Do mesmo modo, de que forma poderíamos nós julgar a "linguagem do passado", a que me referi?

Mas, de que modo poderíamos nós julgar o passado? Será que a escuridão, o desatino e a insânia são meios próprios ao procedimento julgador?

O Regimento Interno desta Casa não tem sido cumprido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não raro em aspectos aparentemente sem importância, como nos limites do tempo, como se inexistisse a determinante de sua improrrogabilidade.

O Regimento veda também o diálogo, ou discursos de Mesa, sabiamente para que a autoridade que a preside o faça com total isenção.

As questões de ordem são usadas como réplicas disfarçadas a discursos pertinentes ao expediente em que são proferido, sabendo-se que as questões de ordem devem se restringir exclusivamente às "dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática" (Art. 97).

O assunto, ontem, aqui tratado publicamente, era matéria para sessão secreta, conforme determina o Artigo 122, do mencionado diploma regimental.

Não parece existir maior verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que a inobservância das normas regimentais re-

dundarão, sempre, em consequências imprevisíveis. E o que deve ficar claro, finalmente, é que na aplicação de tais normas a condescendência é inimiga da Justiça. E esta tarefa, das mais pesadas, sacrificiosas, nem sempre coroada de aplausos, porém, que enobrece e enaltece a qualidade de seus membros, pertence à Comissão Executiva, com apoio dos membros desta Assembléia".

Tenho dito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin. — (Ausente).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando, independente de qualquer pronunciamento do duto plenário, providências no sentido de que seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo urgente informações sobre requerimento da lavra deste Deputado, datado de 08 de agosto do corrente ano. — **Deferido.** - Ao Departamento Administrativo, para reiterar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição no. 521/77, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei no. 83/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 72/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo Paranaense de Mineração e constitui a Empresa Minerais do Paraná - MINEROPAR. Parecer Favorável da C.C.J., em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. -

OFÍCIO No. 194/77

Curitiba, em 21 de outubro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício no. 92/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando das atribuições que me conferem o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1o., do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei no. 83/77, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o Fundo Paranaense de Mineração e criar a Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, tendo o veto aposto incidido sobre as disposições constantes dos parágrafos 1o. e 2o., do art. 6o., parágrafo único do art. 8o. e parágrafo único do art. 10.

O § 1o. do Art. 6o., foi vetado, não só tendo em vista que os limites da intervenção do Estado no domínio econômico já estão estabelecidos em preceitos da Constituição Federal, como também em razão dos termos em que está lançado, tornando extremamente dificultosa a atividade da entidade em questão. Por outro lado, vale, nesta oportunidade, ressaltar que a constituição da sociedade de economia mista - MINEROPAR, amoldada a congêneres do País, erigidas com base em diretrizes de legislação federal, já de si, deixa plenamente evidenciada a necessidade da intervenção estadual nesse campo de atividade.

O § 2o., do art. 6o., não mereceu acolhimento pelo simples fato da atividade no setor da mineração, pelos altos interesses nacionais que envolve, já estar presa a cuidadosas regras de legislação federal. O dispositivo vetado viria a restringir de tal modo a atuação das entidades cuja criação é pretendida, que as características de dinâmica e desembaraço de atividades inerentes a órgãos com a natureza de sociedade de economia mista, ficariam sensivelmente prejudicadas.

O veto aposto ao parágrafo único do art. 8o., decorre, de certa forma, do aparente conflito existente entre a norma do parágrafo com a do "caput" do artigo. Enquanto uma confere

permissão a fim de que a MINEROPAR participe acionariamente do capital de outras empresas, a outra anula essa autorização, subordinando, cada caso, à deliberação da Assembléia Legislativa do Estado. Vale frisar, sob este aspecto, que a Lei Federal no. 6404, de 15 de dezembro de 1976, (Lei das Sociedades Anônimas) contém norma específica reguladora de tal procedimento.

O parágrafo único do Art. 10, não foi acolhido por conflitar com preceitos da já referida Lei Federal no 6404, de 15 de dezembro de 1976, que, em seu artigo 37, §1o. e em outros de seus dispositivos, confere às assembleias gerais das sociedades de economia mista a competência para discutir, votar e alterar seus estatutos.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa., os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

— Em discussão.

A Presidência vai alertar ao Plenário, a Proposição 521/77 refere-se a veto parcial aposto ao Projeto de Lei no 83/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental 72/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo Paranaense de Mineração e constituem a Empresa Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR. Parecer Favorável da CCJ, em condições de ser apreciado pelo Plenário por unanimidade. O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere. O Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada 29 Srs. Deputados.

Discussão única da Proposição no. 521/77, Veto parcial ao Projeto de Lei no 83/77, de autoria do Poder Executivo; em discussão, em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, quem vota o projeto, rejeita o veto, no entendimento da Mesa?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Perfeitamente.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, permaneçam como estão. — REJEITADO O PROJETO, MANTIDO O VETO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 83/75, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que altera o inciso III do Art. 130 da Lei no. 6174, de 16/11/70 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO). (Anexo o Projeto de Lei no. 47/77, de autoria do Deputado ALFREDO GULIN, que versa sobre a mesma matéria). Pareceres da C.C.J. CONTRÁRIO às Emendas nos 1 e 2 e FAVORÁVEL à Emenda Substitutiva no. 03, da C.F. FAVORÁVEL ambos por unanimidade. —

No turno de 2a. Discussão, o Plenário aprovou a Emenda Substitutiva da Comissão de Finanças, prejudicando, portanto, o restante da matéria.

Em discussão o Substitutivo. Encerrada a discussão. Em votação o Substitutivo da Comissão de Finanças. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 92/76, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que denomina "Avelino Vieira" a Rodovia que liga Wenceslau Braz - Tomazina - Pinhalão - Japira - Ibaiti e Lizímaco Costa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de Urgência. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 120/77, de autoria do Deputado ENÉAS FARIA, que declara de utilidade pública a

Associação Beneficente dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 124/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 107/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar os vencimentos dos cargos em Comissão de Diretor Financeiro e de Diretor de Manutenção, do Departamento de Estradas de Rodagem, nos valores que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

A Presidência registra, por ocasião da votação em 3a. discussão do Projeto de Lei no. 83/75, a abstenção do Sr. Deputado Accioly Neto, que tem respaldo constitucional.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 127/77, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que denomina "Professora Benedita Rosa Rezende", a Unidade Escolar do Horto Florestal, da cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 134/77, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública a Sociedade "SVERDI - Propagação e Cultura", com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — APROVADO, PELO SUBSTITUTIVO GERAL.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 137/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "Centro de Formação Humana São Benedito Cephusb", com sede na cidade de Apucarana, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 138/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais (SOS)" de Apucarana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 139/77, de autoria do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública o "Lar Escola Retiro Feliz", com sede e foro na cidade de Guarapuava. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 140/77, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Maringá", com sede na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 144/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 76/77, encaminhando anteprojeto de lei integrando como categoria especial na parte permanente, os cargos efetivos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., com Substitutivo Geral da C.F., com Emenda, ambos por unanimidade, e da C.R.H., por maioria. — APROVADO PELO SUBSTITUTIVO GERAL.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 256/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 67/77, ex-Proposição no. 389/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de CIANORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 310/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 502/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de LUPIONÓPOLIS, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares Machado de Assis e Carlos Gomes. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 320/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 18/77, ex-Proposição no. 179/77, aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GOIOERÊ, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, no referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 321/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 29/77, ex-Proposição 187/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de JANDAIA DO SUL, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 340/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 65/77, ex-Proposição 387/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ARARUNA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 357/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 505/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de ANDARAÍ, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Stella Maris. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 360/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 111/77, ex-Proposição no. 510/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JAGUAPITÃ, objetivando execução de obras de reparos no prédio da Escola de Aplicação Nilson Ribas, da sede daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 361/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 113/77, ex-Proposição no. 515/77, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 142/77, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que institui normas disciplinadoras, para declarar de Utilidade Pública, entidades constituídas no Estado do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade, em Regime de Urgência. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 25/77, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que autoriza o Poder Executivo doar à União, imóvel de propriedade do Estado, situado

à Rua Dr. Keller, nesta Capital. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. por unanimidade. —

PROJETO DE LEI No. 25/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União um imóvel de sua propriedade, situado nesta cidade de Curitiba, à rua Dr. Keller, para que o mesmo permaneça como sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1954, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, deixou o antigo prédio, também de propriedade do Estado, que ocupava na Praça Carlos Gomes, nesta Capital, e transferiu-se para a antiga sede do Governo paranaense, o tradicional Palácio São Francisco, que lhe foi cedido sem qualquer ônus e por prazo indeterminado.

São decorridos vinte e três anos de funcionamento, naquele local, do mais alto órgão da Justiça Eleitoral em nosso Estado.

O majestoso prédio do alto de São Francisco, durante esse tempo, sofreu diversas transformações, reformas e ampliações, de tal modo que, hoje, oferece perfeitas condições ao adequado funcionamento do órgão judiciário que vem abrigando há mais de duas décadas.

É sabido que a Justiça Eleitoral, em todo o Brasil, não obstante a magnitude das atribuições que lhe são cometidas, depende, em grande parte, para funcionar normalmente, da utilização dos recursos locais que lhe são fornecidos pelos Estados e pelos municípios.

Isto, não só no que se refere ao recrutamento de pessoal, que abrange desde juízes até meros servidores burocráticos, mas, também, na captação de meios materiais outros que lhe assegurem o perfeito e correto desempenho de sua alta missão.

Não é um favor ou ato de liberalidade que os Estados e os Municípios fazem à Justiça Eleitoral, mas, exclusivamente, o cumprimento de uma obrigação legal que lhes é imposta.

Dentro dessa ordem de raciocínio, dispusémo-nos a apresentar este plano de lei que, se aprovado pelos nossos ilustres Pares e sancionado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, representará a inestimável contribuição para que a Justiça Eleitoral, no Paraná, instalando-se definitivamente em sede própria, compatível com a grandeza e complexidade de suas atribuições, tenha condições e meios para aprimorar o seu funcionamento e assim crescer na admiração e respeito da coletividade a que serve.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 25/77

O presente Projeto de Lei no. 25/77, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à União, o imóvel de propriedade do Estado, onde atualmente funciona a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Através de solicitação, por nossa iniciativa, a Coordenação do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria da Administração, manifestou, conforme ofício anexo ao processo, a discordância com tal propositura, alegando o grande número de repartições públicas estaduais que, por não possuírem locais próprios às suas instalações, ocupam diversos prédios alugados.

Entretanto, além das justas razões apresentadas pela Coordenação do Patrimônio do Estado, cumpre salientar que o imóvel que se pretende doar à União, representa um acervo dos mais significativos para a história política do Paraná, já que o "Palácio São Francisco" (objeto da presente doação), foi por

longos anos a sede do Poder Executivo estadual, e palco de inúmeros episódios que marcaram a trajetória da evolução política administrativa que viveu a administração paranaense.

Tal imóvel, quer nos parecer, se ainda não foi tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado, e deverá ser o mais breve possível, a fim de que seja preservado, para que as gerações futuras possam ter conhecimento da nossa história e senti-la "in loco".

Nestas condições, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao Projeto de Lei no. 25/77, opinando-se pela sua Rejeição.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator.

Sobre o referido projeto de lei, há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, no seguinte teor: "Senhor Presidente.

Ouvida a Casa, proponho que se adie por dez (10) sessões a apreciação em 1a. discussão, do Projeto de Lei no. 25/77, constante da Ordem do Dia, marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1977".

Em votação. — APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 100/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Renascença, com sede e foro na cidade de Renascença. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em Regime de Urgência. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 100/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE RENASCENÇA, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1o. de agosto de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se propõe seja declarada de utilidade pública tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância, zelando pelo bem estar e saúde da criança e da gestante.

Suas atividades são de caráter estritamente filantrópico, servindo desinteressadamente à comunidade na solução do angustiante problema da mãe e do menor desamparado.

Sua diretoria não é remunerada e seus estatutos (em anexo) estão devidamente registrados.

Justo que o poder público lhe outorgue a declaração de utilidade pública, habilitando-a a usufruir dos benefícios legais decorrentes.

Esperamos o apoio de nossos Pares a esta nossa proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 100/77

Tem por fim o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Renascença, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

O projeto vem articulado e justificado, em obediência a determinação contida no art. 123 do Regimento Interno.

Do exame do processo, verifica-se que a iniciativa atende à legislação pertinente, visto que a entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública está em funcionamento há mais de um (01) ano, que os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração, que a entidade presta de

forma efetiva e real relevantes serviços à comunidade; e, finalmente, seus estatutos estão devidamente registrados sob no. 31, fls. 44, Livro "A" do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Francisco Beltrão.

Quanto ao aspecto constitucional, não há qualquer óbice que se anteponha.

Assim sendo, somos pela aprovação do projeto de lei ora em exame.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Osvaldo Macedo, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando que a Hora do Expediente da sessão do próximo dia 24 de Novembro, seja dedicado integralmente à comemoração do "Dia Universal de Ação de Graças". — APROVADO.

Em consequência a Presidência solicita dos Srs. Líderes da ARENA e do MDB, indiquem para falar na data dedicada ao "Dia Universal de Ação de Graças", os Srs. Deputados representantes das duas bancadas.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Borges. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Posário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Rabelo, ocorrido na cidade de Bela Vista do Paraíso. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso João Haupt. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei no. 143/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação de redação final ao Projeto de Lei no. 23/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, da próxima sessão, do Projeto de Resolução no. 313/77, de acordo com o Art. 108, do Regimento Interno, referido projeto de autoria do requerente. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência conferirá a palavra a V. Exa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Antes de V. Exa. se pronunciar, já que o Projeto de Resolução de minha autoria demanda providências justamente na Comissão que tenho a honra de presidir, vou solicitar ao Sr. Deputado relator que hoje ele apresente devidamente relatado, e peço a V. Exa. que transfira para amanhã a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei no. 152/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando sejam encaminhadas cópias do pronunciamento feito da tribuna desta Casa, relacionado com a situação sócio-econômica do litoral paranaense, aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Saúde e Bem Estar Social. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná, pela promoção do I Painel de Jornalismo, que se desen-

volve nesta Capital, solicita ainda, o envio de expediente ao Sr. Ministro do Trabalho, enfatizando a necessidade da reabertura de inscrições para o registro de jornalistas.

A Presidência tem sido diariamente cobrada a que faça cumprir o Regimento Interno. Não é raro nas últimas sessões receber com rasuras requerimentos dos Srs. Parlamentares.

Lamentavelmente, tem se repetido essa prática e incompleta também a redação do que pretende o autor das proposições que a Mesa recebe e coloca ao judicioso julgamento do Plenário.

Sobre a mesa, na sessão de ontem e na de hoje, há vários expedientes com rasuras. A Presidência faz um apelo aos Srs. Deputados que não repitam as rasuras sem a competente validade com a rubrica aposto nas várias rasuras, e completem os requerimentos, como no caso do presente: são dois requerimentos num só. Além da rasura que manda "encaminhe-se", requer a remessa do pronunciamento, mas não especifica a quem. Requer ainda "envie-se expediente ao Sr. Ministro do Trabalho", enfatizando a necessidade da reabertura de registro de jornalistas, bem como a remessa da justificativa" mas não diz a quem.

A Presidência lamenta, mas é cobrada, diariamente, de não se haver no cumprimento do Regimento Interno que procura amparo.

A Presidência devolve o presente requerimento ao Deputado Autor, para que o mesmo seja refeito e encaminhado à Presidência.

Pede a Presidência que os Srs. Deputados compreendam o estado de ânimo que está possuída a figura do seu Presidente, que pretende ser justo. Mas, que, todavia, na presente sessão, praticamente não tem condições emocionais para continuar na Presidência. Reza a Deus tenha forças para fazê-lo. E convoca, ao final desta sessão, os Srs. Líderes do MDB e da ARENA, para se reunirem com a Presidência para poder a Presidência situar a Comissão Executiva, diante dos últimos episódios aqui verificados. Porquanto, a Constituição e o Regimento Interno, não, deferem tão somente, à Presidência e à Comissão Executiva, as medidas a serem adotadas exclusivamente pela Mesa.

E haverá, nessa oportunidade, dizer das providências adotadas e também apelar para quem, regimentalmente, constitucionalmente, possa fazê-lo, se desejar, requeira na forma da Constituição e do Regimento Interno, as medidas que considerarem cabíveis.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem). Sr. Presidente, estou completamente desarmado...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência também.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Apenas quero que V. Exa. me permita, já que o meu requerimento motivou a sua exposição, me permita apenas um breve esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deixou de receber o requerimento de V. Exa., porquanto, nem sequer a súmula pode ter entendimento do que pretende V. Exa. No corpo do requerimento, manda adotar duas providências. O requerimento tem rasuras, sem a validade das mesmas.

A Presidência devolve a V. Exa. com o apelo que o refaça e encaminhe à Presidência. Porque, verificou a Presidência que, na sessão anterior, existiram dois requerimentos da lavra de V. Exa. com rasuras também.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Apenas para dizer a V. Exa. que aceito a sua advertência. E apenas com referência às rasuras, queria esclarecer que a matéria consubstanciada nesse requerimento, nós iríamos, publicamente, da tribuna, na sessão de hoje, justificar. Iríamos usar o horário da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

Mas, na impossibilidade de usarmos da tribuna nesta sessão, diante do momento em que se realiza o painel jornalístico da cidade de Curitiba, é que nós não tivemos cronologica-

mente, Sr. Presidente, outra alternativa, a não ser fazer a mínima correção à mão.

Esperamos merecer as escusas da sua Presidência, ao mesmo tempo que agradecemos a sua compreensão e iremos propor um requerimento conforme afirmou o Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo" sob o título "Centro Administrativo, terá inauguração hoje", bem como a consignação de voto de congratulações à firma Prosdócimo S/A., na pessoa do seu titular Sr. Pedro Prosdócimo, pela inauguração do referido centro. — APROVADO. (O Artigo a ser transcrito acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao empresário Pedro Prosdócimo, pela inauguração do Centro Administrativo que leva o seu nome. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado veemente apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinado com urgência ao Departamento de Estradas de Rodagem, o asfaltamento da rodovia que liga Santo Antônio do Caiuá e São João do Caiuá à cidade de Paranavaí. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, em forma de apelo no sentido de que a chamada "Lei de Proteção aos Cultivares", tenha o seu projeto de tramitação paralizado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes ao Sr. Governador do Estado, através da TELEPAR, no sentido de que seja instalado os serviços telefônicos, sistema DDD, no Município de Boa Esperança. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando sejam enviados expedientes ao Governo do Estado, através a TELEPAR, no sentido de que seja instalado os serviços telefônicos, sistema DDD, no Município de Janiópolis. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado aos Srs. representantes paranaenses no Congresso Nacional, bem como ao Sr. Ministro da Agricultura, emprestando o integral apoio desta Casa à Moção número 03, apresentada pela Associação Comercial de Maringá, na XXV Reunião Plenária das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Foz do Iguaçu, visando a não aprovação da chamada Lei dos Cultivares. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do relatório oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assinado pelo Sr. Conselheiro Relator Dr. João Féder.

Se aprovado o requerimento, o departamento competente haverá de desanexar, do processo, o referido Parecer, para as providências solicitadas.

Em votação o requerimento. — APROVADO.

Que as medidas solicitadas ou requeridas, sejam cumpridas. — (O relatório a ser transcrito acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhada cópia do

pronunciamento feito da tribuna pelo autor, em sessão do dia 21 do corrente, ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que tome conhecimento da sugestão e do apelo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da coluna do jornalista Ali Bark, publicada no jornal "Gazeta do Povo", intitulado "A presença do líder". — APROVADO. — (A matéria cuja transcrição foi solicitada, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado à SERCOMTEL — Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina, pleiteando a instalação de uma cabine telefônica, para serviços interurbanos, no Aeroporto de Londrina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a juntada da Proposição número 419/77, de Emenda ao Artigo 76, da Constituição do Estado, à Proposição de Emenda número 537/77.

A Presidência pede ao eminente Deputado Lineu Turra, que ajude a Presidência a cumprir o Regimento Interno.

A Presidência terá que obter junto ao Departamento competente desta Casa, informações sobre se o prazo da Proposição número 419/77 já não se esgotou, e, se foram adotadas as providências constitucionais e regimentais para que, publicado o avulso, decorrido o prazo para apresentação de emendas, foi constituída a Comissão Especial; se os membros foram indicados; se há parecer, e se há conveniência da anexação, desde que o prazo ainda permita esta providência regimental, razão pela qual, a Presidência pede a compreensão do nobre Deputado, que, em 5 minutos haverá de lhe fornecer as informações, a fim de submeter à judiciosa consideração do Plenário, a decisão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de sugestão no sentido de que seja, através de Mensagem Governamental a esta Casa, autorizada a doação ao Município de Campo Largo, do imóvel pertencente ao Governo do Estado do Paraná, constituído de uma área de terras. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja transcrito nos Anais da Casa o pronunciamento do Sr. Osvaldino Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, publicado no jornal "O Estado do Paraná". — APROVADO. — (O pronunciamento a ser transcrito acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluída no Plano Rodoviário atual a continuação da pavimentação asfáltica, a partir do Município de Amaporã até Santa Cruz do Monte Castelo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Chefe do DNER, manifestando o apoio desta Casa à Moção número 6, apresentada pela Associação Comercial de Maringá, na XXV Reunião das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Foz do Iguaçu, e aprovada naquela reunião, consubstanciado em pedido de abertura de novas concorrências para implantação de novas linhas de transporte coletivo, no percurso Maringá-Londrina-Curitiba e Maringá-São Paulo. —

APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio, manifestando o integral apoio desta Casa à Moção número 04, apresentada pela Associação Comercial de Maringá, na XXV Reunião das Associações Comerciais do Paraná, na qual pleiteia medidas visando a diminuição de taxas dos juros e demais taxas bancárias. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de regozijo e aplauso ao Sr. Governador do Estado, pela nomeação do Engenheiro Luiz Antônio A. Pinho, para o cargo de Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, em forma de sugestão, a fim de que a atual campanha de erradicação do cancro-cítrico, sejam firmados convênios com as Prefeituras Municipais das áreas afetadas e interditas pelo Ministério da Agricultura, para a execução da programação de erradicação. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando sejam enviados expedientes ao Governo do Estado, através a TELEPAR, no sentido de que seja instalado um posto de serviços telefônicos no Distrito de Arapuã, Município de Janiópolis. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Geral do DER, em forma de apelo no sentido de determinar que sejam atendidos os trabalhadores em conservação de estradas, especialmente do décimo-quinto Distrito Rodoviário, referente às horas extras trabalhadas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de solidariedade desta Casa aos trabalhadores brasileiros que estão empenhados em conseguir, pacificamente, a reposição salarial que lhes é devida. — APROVADO.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e solicita aos eminentes Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, para verificação de votação. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. Como vota o eminente Deputado Fuad Nacli?

O SR. FUAD NACLI — Eu estou saindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência aguarda que S. Exa. deixe o Plenário para possibilitar a contagem de votos.

11 Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 7 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Solicito de V. Exa., Sr. Presidente, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere.

O Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a constatação de "quorum" regimental.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 32 Srs. Deputados responderam a chamada, há “quorum” para a deliberação. Em votação em forma simbólica o requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo. — APROVADO.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). Sr. Presidente.

Novamente, requeiro a V. Exa. uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere; fará a verificação de votação na forma inversa.

(É feita a verificação). — (Pausa).

21 Srs. Deputados aprovam; 5 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para deliberação.

A Presidência tem em mãos, as informações solicitadas ao Departamento Legislativo, e vai informar ao Sr. Deputado Lineu Turra: A Proposição número 419/77 — assinada pelo Sr. Deputado Lineu Turra, com apoioamento constitucional e regimental. (Lê a Proposição número 419/77).

Consubstanciada em emenda à Constituição do Estado, foi recebida em 2 de agosto do corrente ano, mandada publicar na mesma data, no “Diário da Assembléia”, e em avulso que foi distribuído aos Srs. Deputados.

Anteriormente, a Constituição do Estado conferia 90 dias para que o Plenário deliberasse sobre a matéria. Com as reformas introduzidas à Constituição Federal em abril último o prazo foi reduzido para 60 dias. Era 60 dias, o prazo foi dilatado para 90 dias. Nas mesmas reformas, o “quorum” que era privilegiado de 2/3 foi reduzido para “quorum” de maioria simples.

Observa a Presidência que, tendo recebido a emenda a 2 de agosto decorreram-se portanto, a 2 de novembro, 90 dias; estando a 23 de novembro, decorreram-se, portanto, 110 dias, estando a proposição, nos termos do Regimento Interno e da Constituição sujeito ao seu arquivamento, e a Presidência “de officio”, despacha ao Departamento competente, determinando o seu arquivamento, e deixa de colocar em votação o requerimento de S. Exa. o Sr. Deputado Lineu Turra.

Há 3 matérias sobre a mesa, sujeitas ainda à discussão. Não havendo número para deliberação, todavia há número para discussão da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Banco Central do Brasil, indagando se existem instrumentos legais que amparem a obrigatoriedade imposta por estabelecimento bancário que exigem junto às suas agências, a efetivação de seguro pessoal para fins de financiamentos. — Em discussão. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do DNER, no sentido de que se proceda a construção de acesso para Posto de Abastecimento, Bar, Restaurante e Oficina Mecânica, na BR-369 onde faz entroncamento com a PR-239, trecho Nova Aurora. — Em discussão. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, em forma de pedido de informações de diversos itens, no interesse do magistério e referente ao Edital de Chamamento número 02/77. — Em discussão. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 142/77.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 136/75, 63/76 e 100/77.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 110/77, 151/77 e 155/77.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 25, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — da Proposição número 391/77 e dos Projetos de Lei números 85/77, 93, 97, 121, 122, 126/77 e de Resolução números 309, 311, 329, 333, 344, 345, 346, 348 e 349/77.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais da Casa, foi aprovada à requerimento do Sr. Trajano Bastos, em sessão do dia 23/11/77.

“TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Protocolo: 5.970

Interessado: Secretaria do Interior

Assunto: Recurso (Notória Especialização)

RELATÓRIO

Em prazo certo, a Secretaria do Interior ingressou, perante este Tribunal de Contas, com Recurso de Revista, inconformada, assim, com o Acórdão desta Corte que, por unanimidade de votos, julgou ilegal o contrato firmado entre a extinta Secretaria de Viação e Obras Públicas e o arquiteto JOSÉ VICENTE ALVES DO SOCORRO.

DO PROCESSO

Tendo firmado um Protocolo de Intenção com o Banco Nacional de Habitação, com a finalidade de implantar equipamentos comunitários nos Conjuntos Habitacionais existentes em municípios paranaenses, necessitou a Secretaria de Viação e Obras Públicas da elaboração de um estudo que acabou por ser denominado “Projeto de Avaliação da Ação Setorial”.

Acompanhado de um ofício do então Diretor de Administração daquela Pasta, surgiu a proposta do arquiteto JOSÉ VICENTE ALVES DO SOCORRO, oferecendo a prestação do serviço pela importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). Nesse expediente (fl. 2, vl. 2), o Diretor de Administração solicita do Senhor Secretário a dispensa de licitação por se tratar de serviços de notória especialização.

Em seguida o Senhor Secretário encaminhou o processo ao chamado GPS para informar sobre “a oportunidade e o custo do trabalho” (fl. 13, vol. 2).

Ali, uma comissão constituída por um arquiteto e dois advogados conclui que a proposta era apresentada por um “profissional altamente capacitado” e que “o preço estava dentro dos padrões vigentes”, (fl. 15, vol. 2), após o que, em parecer que é visto à fl. 18, vol. 2, a Seccional Jurídica informou que “a natureza do trabalho é de notória especialização”.

Amparado sobre esses elementos, o Secretário de Viação e Obras Públicas firmou o contrato e o encaminhou a este Tribunal de Contas, “para fins de registro”.

Neste Tribunal, decidiu-se, preliminarmente, com base no voto do relator Conselheiro RAUL VIANA, determinar uma diligência externa a fim de que a Secretaria justificasse a dispensa de licitação (fl. 36, vol. 2).

Cumprindo a diligência, aquela Secretaria fez juntar ao processo duas peças: a primeira, de autoria do Coordenador Geral do GPS, dizendo que a licitação foi dispensada “por não dispor a Secretaria de pessoal qualificado para a tarefa” (fl. 38, vol. 2), e a segunda, assinada pelo assessor jurídico, alegando que a dispensa de licitação se deu “porque o art. 81, da lei federal 5.194, de 1966, veda a licitação para projetos” (fl.

40, vol. 2).

Submetido a julgamento por este plenário, foi o contrato julgado ilegal, pelo Acórdão de fls. 49/50, vol. 2. E é desse Acórdão que, agora, recorre a Secretaria do Interior, sucessora que foi pela reforma administrativa implantada no Estado, da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

DAS RAZÕES DO RECURSO

Na linha de argumentação trazida pelo Recurso, diz a recorrente que "o adiantado dos entendimentos havidos entre o Governo do Estado e os órgãos federais, obrigou esta Secretaria a tomar medidas de urgência, objetivando a elaboração de tais projetos. Para isso era e é necessário um conhecimento profundo do meio físico e urbano dos municípios a serem beneficiados, não só referente a este tipo de obras, como também no referente ao combate à erosão urbana, razão pela qual entregamos este trabalho ao arquiteto JOSÉ VICENTE ALVES DO SOCORRO, por se tratar de pessoa altamente qualificada para a tarefa, porquanto o mesmo é o autor do "Projeto Noroeste" e a única que tínhamos no momento, capaz de entregar-nos os elementos que necessitávamos a curto prazo, haja visto o prazo estipulado em sua cláusula primeira do contrato firmado, com o referido profissional".

Acrescenta a recorrente que "os trabalhos elaborados atendem estes objetivos e podemos dizer que se tratam de serviços incomuns" e, finalmente, que, "para melhor compreensão do assunto juntamos cópias dos serviços objeto do contrato", afirmando estar, com isso, demonstrado o acerto da dispensa de licitação com base na letra "d" do Art. 126, § 2º, do Decreto-Lei 200.

DO PARECER DA PROCURADORIA.

A douta Procuradoria, em amplo e respeitável parecer, (fls. 18 a 26, vol. I), afirma, a certo ponto:

"O venerando acórdão recorrido, filiou-se à interpretação contida em julgado do Tribunal de Contas da União, para o qual o preceito indicado só faculta a dispensa de licitação "quando se trata de serviço inédito ou incomum, capaz de exigir da seleção do executor de confiança em grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação, inerentes ao processo de licitação".

E alinha adiante que o acórdão exigiu, ainda, "que a pessoa escolhida seja uma notoriedade de domínio público".

Em seguida o parecer tece críticas à interpretação do Tribunal de Contas da União, asseverando que "o texto da lei não autoriza essa ilação, a qual, por sua vez, se aplicada, conduz a resultados verdadeiramente ridículos", para declarar que o que a lei trata "é da dispensa da licitação", por desnecessária, uma vez que o serviço será contratado com especialista notório".

Acredita a Procuradoria que, no caso dos autos, o contratado "teve a sua especialidade testada". E sustenta:

"A jurisdição do Colendo Tribunal de Contas se exerce quanto à legalidade dos contratos e no caso presente não há ilegalidade, ocorre, isto sim, desconformidade de apreciações subjetivas".

A conclusão do parecer é favorável ao acolhimento do recurso para que seja o acórdão reformado.

DO ATO ADMINISTRATIVO E DA LICITAÇÃO

As contradições e os descaminhos revelados no processo e que conduziram ao ato administrativo de dispensa de licitação, estão a demonstrar uma desorientação, talvez causada pela premência ou, quem sabe ainda, pela dificuldade encontrada em alguns setores da administração pública deste País na interpretação das leis que regem essa própria administração.

Para quem como nós, se recusa a tirar outras ilações, é inconcebível que, nos padrões do assessoramento superior e do próprio exercício da autoridade, possam ser detetadas informações tão descabidas e, via de regra, formulações tão complicadas para problemas tão simples.

A celebração de contrato pelo poder público é um ato administrativo subordinado a normas expressas, entre elas figurando imperativamente a obrigatoriedade da licitação.

Trata-se de um princípio legal e genérico e não se pode dizer que a sua aplicação possa amputar a capacidade de decisão da administração pública. O interesse público, nesse particular, é visto sob outro prisma, ou seja, sob o aspecto de oferecer a todos quantos pretendam contratar com o poder público uma igualdade de condições.

Por isso mesmo, diz Hely Lopes Meirelles:

"O instituto da licitação é o procedimento mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato do seu interesse. Visa propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões previamente estabelecidos pela administração, e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos". ("in" "Licitação e Contrato Administrativo", pág. 60).

Não é outro o pensamento do Ministro CARLOS MEDEIROS SILVA sobre a matéria:

"A finalidade da concorrência pública é limitar o arbítrio e restringir o âmbito das opções, cercear a livre escolha dos candidatos, tornar objetivos os requisitos das propostas a fim de impedir soluções pessoais e que não sejam inspiradas no interesse público". ("in" "Revisita de Direito Administrativo", vol. 79, pág. 471).

Em sua obra, que se constitui num clássico do direito administrativo, RAFAEL BIELSA, assim se manifesta:

"En el derecho privado toda persona capaz puede contratar sin otros limites que las leyes de orden pública; pero en el derecho público los contratos estan sujetos a limitaciones fundadas en principios esenciales, siempre de interés público, v. gr., de moralidad y conveniencia administrativa; la licitación es, a este respecto, una institucion típica protectora de ese interés público. La licitación es institucion jurídica, pero de fondo político, en sentido constitucional". ("in" "Derecho Administrativo", vol. II, pág. 198).

Esse é, por igual, o pensamento de JAIME VIDAL PERDOMO quando analisa essa questão jurídica:

"La licitación pública es un concurso mediante el cual la administracion escoge el contratante que maiores ventajas le ofrezca. Tiene por objeto dar a todas las personas la oportunidad de contratar con el Estado y tiene, por lo tanto, a hacer desaparecer cualquier privilegio en favor de persona determinada". ("in" "Derecho Administrativo General", pág. 412).

De que essa norma deve ser geral, está assente, também, na obra de MARCELLO CAETANO:

"A regra é de que os contratos administrativos devem ser celebrados precedidos de concurso público". ("in" "Manual de Direito Administrativo", Tomo I, pág. 537).

É incontroverso, por emanar do texto expresso da lei, que a administração pública brasileira adotou esse princípio como regra para os órgãos da Administração Direta e para as Autarquias (Art. 125, do Decreto-Lei 200), não o impondo, entretanto, para as demais entidades. É ainda HELLY LOPES MEIRELLES, quem analisa essa distinção:

"A licitação, em princípio, é obrigatória para as entidades públicas (estatais e autárquicas), não o sendo para as entidades privadas (paraestatais, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas pelo Poder Público e serviços sociais autônomos). E justifica-se essa diversidade de tratamento porque as pessoas jurídicas de direito público estão sujeitas a normas de operatividade mais rígidas do que as pessoas jurídicas de direito privado embora a serviço do Poder Público. Para aquelas a licitação é obrigatória; para estas é facultativa." ("in" "Licita-

tação e contrato administrativo", pág. 88).

Essas incursões todas estão a demonstrar a simplicidade do problema para a prática do ato administrativo: ao contratar serviços ou obras o gestor do dinheiro público deve cumprir, preliminarmente, a regra da licitação.

DO SERVIÇO INCOMUM.

Efetivamente, consta do acórdão recorrido, uma resolução do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que se sabe inspirada em fundamentos de decisão do Tribunal de Contas da União, incluindo-se nessa resolução que "a dispensa de licitação por notória especialização só tem lugar quando se trata de serviço inédito ou incomum". Essa interpretação da nossa Corte Federal de Contas, de tal forma se difundiu entre aqueles que tratam com a matéria e tem sido tão seguidamente citada que dá a entender estarem todos de acordo com ela. E essa idéia tanto se propagou que acabou incluindo esse entendimento entre as razões recolhidas pela douta Consultoria Geral da República a 28 de fevereiro de 1977, em parecer normativo dado a público por solicitação do Gabinete Civil da Presidência da República.

Em que pesem todas essas circunstâncias, perfilhamos ao lado daqueles que elegem o raciocínio levantado no presente processo pela douta Procuradoria do Estado junto a este Tribunal. E julgamos incompreensível que tese tão frágil tenha encontrado tão fértil campo de difusão.

Diz com acerto a Procuradoria:

"Se o serviço é ou não inédito ou incomum, pouco interessa; o que se exige é que o contratado tenha "notória especialização". Não se pode perder de vista, pena de subverter o teor da própria norma legal, que esta não faz referência alguma à natureza do serviço a ser realizado; discrimina, unicamente, os atributos do profissional (ou empresa) a ser contratado para esse fim".

Não obstante a nossa concordância com esse ponto de vista, já que também temos a crença de que a complexidade do serviço não precisa ser analisada e que até para o mais simples labor a administração tem a liberdade de escolher uma notoriedade para contratar, a verdade é que esse detalhe não invalida a decisão deste Tribunal, até porque o acórdão recorrido impugnou o contrato porque ele não se enquadra nas hipóteses previstas em lei para a dispensa de licitação e a decisão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo foi invocada como exemplo de decisões ainda mais rigorosas em sodalícios irmãos.

DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO.

O que o processo em julgamento está a demonstrar, mais uma vez, é que a administração pública ainda não se apercebeu do sentido exato do Decreto-Lei 200, não obstante a reforma administrativa federal esteja prestes a completar a sua primeira década.

Está claro, como afirmamos anteriormente, que o princípio geral é o da licitação e que a esse princípio a lei admitiu apenas algumas exceções que expressamente numerou. Entre estas se situa, na letra "d", do § 2º, do Art. 126, "a contratação de serviços com profissionais ou firmas de notória especialização". Desfeito, em nosso entendimento, o equívoco em que incorreu a interpretação que aliou a condição exigida à natureza do serviço contratado, já que não há no texto legal nenhum sofisma verbal, e que tornaria o preceito ainda mais restritivo, não se pode deixar de reconhecer que o imperativo legal criou uma estreita porta para o poder público: a dispensa só é permitível quando o contratado, pessoa física, ou a contratada, pessoa jurídica, desfrutar de notoriedade em sua especialidade.

Mas, na realidade, não poderia a lei dar ao caso diferente tratamento. Se examinarmos as demais hipóteses em que a dispensa tem amparo legal, haveremos de concluir que a lei, praticamente, só admitiu a dispensa quando a licitação é previamente desaconselhável ou impossível de ser levada a efeito.

São assim, v.g., os casos de guerra, ou calamidade pública; quando a licitação puder comprometer a segurança nacional, a juízo do Presidente da República; na aquisição de obras de arte ou objetos históricos; no caso de produtor exclusivo ou nos casos de emergência. Se todas as portas são estreitas, não seria a letra "d" do artigo que iria abrir uma ampla avenida por onde qualquer especialista pudesse chegar à contratação com o poder público, independentemente do procedimento da licitação. Daí porque o limite rígido, ainda que de caráter subjetivo, criado com a exigência da notoriedade.

No contrato "sub judice" verificamos que a administração procurou amparo na "notória especialização" para autorizar a dispensa da licitação, mas as informações do processo, contraditórias que são, invocam, a determinado passo, a urgência que o problema reclamava; a outro passo, a falta de pessoal especializado na repartição para a elaboração do serviço e, inclusive, a lei federal 5.194, de 25 de fevereiro de 1966, que veda a licitação para projetos.

Ora, quando se pretende contratar com uma notoriedade não há necessidade de que o serviço reclame urgência e nem é preciso se averiguar, preliminarmente, se a repartição dispõe ou não de pessoal habilitado à consecução da tarefa. O ato administrativo está acima desses fatores de ordem interna, para se situar no desejo do administrador em contratar para a realização daquela obra uma pessoa especialmente determinada.

Já quanto à lei 5.194, ela é trazida ao debate indevidamente por duas razões simples e definitivas: primeiro, trata-se de lei especial, regulamentadora de uma profissão, que não poderia, como não pode, tratar de matéria geral da administração pública; segundo, trata-se de uma lei anterior ao Decreto-Lei 200 e, portanto, se tratasse da mesma matéria estaria, no cabível, revogada. Ademais, a lei não esqueceu do aspecto salientado na lei especial, eis que preceitua no seu Art. 144:

"A elaboração de projetos poderá ser objeto de concurso com estipulações de prêmios aos concorrentes classificados, obedecidas as condições que se fixarem em regulamento".

A lei apenas criou para o poder público a faculdade de, atendendo às características da obra, abrir um concurso com as respectivas premiações, o que não deixa de ser, ao seu modo, um tipo de licitação. Recusada, todavia, essa alternativa, a licitação se impõe.

Já o que dissemos perante este douto Plenário, mais vale enfatizar por nos parecer oportuno:

"O que a lei quer para a dispensa dessa obrigação expressa é a notoriedade do contratado, é a competência acima de um simples paralelo, é a fama publicamente assentada, é o talento tão avidamente disputado que pouco se lhe dão as obras ou os serviços postos em licitação, é a condição própria do "primus inter pares".

Não está muito distante, porque em certos pontos é até assemelhada, a interpretação que encontramos no já aludido parecer da Consultoria Geral da República:

"Especialização, do ponto de vista objetivo, é a diversificação funcional resultante da divisão do trabalho. Subjetivamente, é o conjunto de atributos, experiência e capacidade técnica, científica, artística ou profissional, a singularizar a pessoa detentora de tais títulos, singularidade anuladora da razão da concorrência que é a possibilidade de competição entre elementos genericamente aptos ao mesmo desempenho. A notoriedade é o conhecimento ou a notícia geral, acessível, sem contraste, relativamente a fatos que, desse modo conotados, prescindem de meios de prova específicos". ("Diário Oficial" da União, de 27 de abril de 1977).

Com refeito, permitir que a administração escolhesse livre-

mente entre todos os profissionais ou empresas especializadas, deixando ao seu critério o reconhecimento de notoriedade, seria minar o alicerce e fazer soçobrar o instituto da licitação.

E no presente contrato, estamos à frente de um profissional que reúne condições para se habilitar à realização do serviço através da licitação. É o que está a demonstrar o seu currículo. Não se pode considerá-lo, e nem a administração defendeu ou tentou provar, a notoriedade capaz de justificar a dispensa do procedimento legal.

DO JULGAMENTO DOS CONTRATOS.

Aqui e agora cabe, excepcionalmente, mais uma consideração. Embora levantada e sustentada a tese, em plenário, sobrevinda pelas circunstâncias do debate, verdade é que sempre nos pareceu dispensável a constatação da existência de vício moral nos contratos administrativos impugnados pelo Tribunal de Contas, como ilegais, para cumprirmos o que determina a alínea c, do § 8o. do art. 41 da Constituição Estadual. Em face, porém, de recente acórdão desta corte, cuja decisão entendeu que, quando o contrato for julgado ilegal mas incorrendo dolo ou má fé, não cabe o seu encaminhamento ao Poder Legislativo, é imperativo que esse aspecto seja, neste momento, detidamente analisado. E assim o é porque parece ao Relator, que estamos frente a um caso idêntico: o contrato, julgado ilegal e de cujo acórdão se recorre, foi celebrado pelo poder público com dispensa de licitação, ao arrepio da lei, mas não se pode afirmar que esse ato tenha sido praticado com dolo ou má fé.

Inicialmente é preciso ressaltar-se a competência deste Tribunal e a da Assembléia Legislativa para que se evidencie o que nos cumpre fazer e o que é de atribuição da Assembléia.

A alínea c, do parágrafo 8o, do art. 41, determina ao Tribunal de Contas, como dever, "se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos", "solicitar à Assembléia Legislativa, em caso de contrato, que determine a medida prevista na alínea anterior, ou outras necessárias ao resguardo dos objetivos legais".

E o § 9o estabelece o que cabe à Assembléia Legislativa, diante dessa solicitação:

"A Assembléia Legislativa deliberará sobre a solicitação de que cogita a alínea c do parágrafo anterior, no prazo de trinta dias, findo o qual, sem pronunciamento do Poder Legislativo, será considerada insubsistente a impugnação".

Assim o Tribunal de Contas, verificada a ilegalidade da despesa, não pode deixar de solicitar à Assembléia a medida necessária ao resguardo dos objetivos legais, sob pena de descumprir o mandamento.

A Constituição não reserva o dever do Tribunal apenas para a ilegalidade praticada com dolo ou má fé. Prevalece aqui o princípio da **ilegalidade objetiva**. Basta que ela tenha ocorrido, sem que se indague, para efeito da disposição legal, do elemento subjetivo que a tenha causado.

É o mandamento reproduzido no Art. 72, § 5o., alínea c da Constituição Federal:

§ 5o. — "O Tribunal, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou das auditorias financeiras e orçamentárias e demais órgãos auxiliares, se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, deverá:

c) solicitar ao Congresso Nacional, em caso de contrato, que determine a medida prevista na alínea anterior (sustação do contrato) ou outras necessárias ao resguardo dos objetivos".

Analisando esse dispositivo Constitucional, acentua Pontes de Miranda, em seus "Comentários à Constituição":

"Aumentou-se a função do Tribunal de Contas no que concerne à verificação de irregularidades e abusos: tem

ele o **dever** de representar ao Congresso Nacional ou ao Presidente da República, ou a ambos, quanto a ilegalidades, defeitos e abusos, uma vez que a matéria caiba nas suas atribuições, que são as dos arts. 72, §§ 4o., 5o. e 8o. e 70. A representação é feita ao órgão que pode decidir sobre a matéria, ou ao que pode decidir e àquele que há de examinar e decidir quanto ao ato do Poder Executivo, que é o Poder Legislativo". (pg 257).

Mais adiante, depois de lembrar que o Tribunal de Contas tem poderes para a sustação de ato que venha a julgar ilegal, discorre o mesmo jurista:

"Não, porém, se se trata de contrato, porque o contrato, negócio jurídico bilateral ou plurilateral, em que a União é um dos figurantes e outra pessoa, física ou jurídica, ou outras pessoas, físicas ou jurídicas, são os outros figurantes, há de ser examinado com mais profundidade. Ao Congresso Nacional é que incumbe a medida ou outra medida". (pg. 259).

Em fundamentada dissertação sobre essa matéria, depois de demonstrar, inclusive, como o problema fora tratado nas constituições anteriores e de examinar até as várias proposições apresentadas por ocasião da elaboração da Carta Magna, o professor Fernando Bessa de Almeida diz:

"Finalmente, uma das mais importantes inovações da Constituição de 1967 (princípio não alterado pela emenda de 1969) foi a de retirar da alçada do Tribunal de Contas o julgamento da legalidade dos contratos. (...)

Na hipótese de contrato caberia à Corte de Contas solicitar ao Congresso Nacional a sustação da sua execução ou qualquer outra providência necessária ao resguardo dos objetos legais". ("in" "Fiscalização Financeira e Orçamentária", Revista de Administração Pública, número 1, página 136).

Já o festejado HELLY LOPES MEIRELLES, manifestando-se sobre o mesmo princípio constitucional, firma:

"Controle parlamentar é o exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo sob o duplo aspecto da legalidade e da conveniência pública, pelo que se caracteriza como um controle eminentemente político e, como tal, alheio aos direitos individuais do administrado, mas adstrito aos interesses coletivos da comunidade". ("in" "A Administração Pública e seus controles", revista do T.C.D.F., vol. II, pag. 18).

E, na sustentação do seu raciocínio, diz que "a vigente Constituição da República nos oferece exemplos de controle parlamentar" em vários casos, citando então expressamente o disposto no Art. 72, § 5o., alínea c, ou seja, precisamente a matéria de que trata o presente processo.

Depois de enumerar as atribuições deferidas ao Tribunal de Contas pela vigente Constituição em opinativas, verificadoras, assessoradoras, corretivas e jurisdicionais administrativas, e de anunciar que essas atribuições são exercidas simetricamente, tanto pelo Tribunal de Contas da União, quanto pelos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, LOPES MEIRELLES entende que, na solicitação ao Legislativo para que suspenda a execução de contrato irregular ou adote outras providências necessárias à sua legalização, o Tribunal de Contas está exercendo uma função assessoradora.

Não há negar que é exercendo essa atribuição assessoradora e cumprindo o mandamento da Carta Magna que os Tribunais de Contas sempre que decidem impugnar um contrato, têm determinado o seu encaminhamento ao Poder Legislativo.

Faz prova disso, entre muitos, o Acórdão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado na sua Revista número 40, a fl. 81:

"Considerando, por todo o exposto e pelo mais que dos autos consta, não ter ficado caracterizada a notória

especialização da contratada em trabalhos de planejamento geral e turístico, com as características do "Plano Geral de Exploração Turística da Ilha Anchieta", acorda a Segunda Câmara em receber os Embargos Infringentes interpostos para, no mérito, rejeitá-los por não julgá-los provados, mantendo-se assim, a decisão anteriormente prolatada que julgou ilegal o ato determinativo da despesa e determinando-se a remessa do processo à nobre Assembléia Legislativa do Estado, nos termos do inciso II, do artigo 91, da Constituição do Estado".

Parece assente, pois, que fugir a essa orientação significa não só quebrar a sistemática da fiscalização financeira e orçamentária nacional como, por igual, ferir a um claro preceito constitucional.

"Ex positis", considerando que não cabendo, no caso presente, a dispensa de licitação por não ser o contratado de notória especialização, e considerando que, uma vez julgado ilegal o contrato, é imperativo constitucional o seu encaminhamento ao Poder Legislativo, independentemente do prejulgamento quanto a ocorrência ou não de dolo ou má fé, somos pelo recebimento do recurso interposto para, negando-lhe provimento, manter o venerando acórdão.

Tribunal de Contas, em 18 de agosto de 1977

JOÃO FÉDER

Conselheiro Relator

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

"CENTRO ADMINISTRATIVO TERÁ INAUGURAÇÃO HOJE

Presentes importantes personalidades dos meios oficiais, financeiros e empresariais, será prestada hoje justa homenagem ao Sr. Pedro Prosdócimo, presidente do Grupo Prosdócimo, com a inauguração do Centro Administrativo que levará seu nome. Eis alguns dados sobre este líder empresarial:

Eram 22 bicicletas de aluguel, dez novas, doze usadas. As novas custavam dois mil réis a hora; as velhas, um mil réis. Disso vivia a pequena loja da Rua Barão do Cerro Azul naqueles tempos difíceis da Primeira Guerra Mundial. Impossibilitado de importar armas, máquinas de corrida e bicicletas, o dono — um antigo eletricitista da usina dos Hauer — não encontrara jeito melhor de enfrentar o problema. E a solução não se revelara das piores. As bicicletas Brenabor, Zeidel e Neumann raramente ficavam paradas por falta de quem as necessitasse (na maior parte, os fregueses eram caixeiros viajantes). Naquela época havia uns poucos carros em Curitiba — vinte, quando muito.

Os dois filhos do ex-eletricista ajudavam a cuidar da loja o dia inteiro — e no fim do expediente ganhavam a parte mais ingrata da tarefa: limpar cuidadosamente rodas e pára-lamas, um trabalho que precisa ser manual para não danificar as superfícies brilhantes. Era assim difícil a limpeza?

— Parece que todo estrume de centenas de cavalos que puxavam carroças pela cidade ia parar nas rodas das nossas bicicletas.

Pedro Prosdócimo, 72 anos, presidente de uma das grandes lojas de departamento do país (e de mais seis empresas, entre elas uma fábrica de refrigeradores e freezers) ri ao lembrar seu início de vida ao lado do irmão João Antônio. E quando ri, seus olhos brilham e piscam de um jeito próprio, malicioso, olhos de menino.

A loja de bicicleta chamava-se "Prosdócimo e Tomaszek", de seu pai João Prosdócimo e do sócio Waldemar Tomaszek. Fora comprada em 1913 do comerciante Pedro Laffite. E iria muito bem não fosse a guerra. Em 1918, a guerra terminou e a sociedade também. A renda era insuficiente para sustentar duas famílias.

João Prosdócimo prosseguiu sozinho, com um capital de 16 contos de réis. Em 1920 iniciou as vendas pelo crediário. Na vitrina, máquinas de costura Vestazinha, armas de fogo Bayard.

E mais bicicletas, cujos preços variavam entre 400 e 500 mil réis. Cem de entrada e prestações de 50. Em seu pequeno cadastro, perto de 500 nomes. Todos conhecidos, o que dispensava maiores formalidades. Na hora da compra era emitida uma duplicata onde ele anotava, no verso, os pagamentos até o saldo total.

— Eram operários principalmente que compravam bicicletas. Se havia algum problema de dinheiro em casa vinham explicar e meu pai dava o prazo que eles pediam. Operário só não paga quando não tem dinheiro.

Pedro Prosdócimo (ou "Seu Pedro", ou "Patrão" ou simplesmente "O Velho") traz do início difícil lições que transmitem aos que dirigem a empresa junto com ele. Jayme, o filho mais velho, é diretor licenciado desde que aceitou o convite para a Secretaria da Fazenda. Rogério e o genro Julio Garmatter ocupam atualmente as duas principais diretorias da empresa e trabalham em salas anexas à sua no recém-inaugurado Centro Administrativo Pedro Prosdócimo. Principal lição, quase uma síntese de 60 anos de trabalho: estar sempre atrás de um balcão. Se não for possível estar lá fisicamente, ao menos em espírito.

— Dê muita atenção ao cliente. Ele gosta de ser bem tratado, de sentir que está falando com o dono do negócio.

Para quem possui uma rede de 25 lojas é impossível ficar no balcão. Mas os funcionários de Prosdócimo recebem um tipo especial de treinamento a esse respeito. Eles são instruídos para agir em lugar do dono. O que significa muita coisa. Inclusive uma certa dose de latinidade que foi o diferencial de Prosdócimo em relação às grandes lojas da década de 30.

Era uma época em que o comércio pertencia à Casa Porcelana, Casa Metal, Casa Cristal, todas de descendentes de alemães. A latinidade, que significa um estilo mais caloroso e comunicativo de tratar a freguesia, ajudou a vencer muitos produtos fabricados em países não-latinos: motocicletas NSU, geladeiras Norge, carros Chrysler ou rádio Zenith.

E essa mesma comunicabilidade fez de Pedro Prosdócimo um pioneiro no uso da publicidade.

— Eu tirava os anúncios de jornais e revistas estrangeiros que traziam boas estampas dos produtos. Os anúncios saíam na "Gazeta do Povo" que tinha um repórter meu amigo, o Souza Naves, que foi senador da República e possivelmente teria chegado ao governo se não tivesse morrido tão moço.

Desse cuidado com a publicidade nasceu a agência Exclan, originalmente um departamento da loja, hoje com autonomia administrativa e liberdade para atender clientes de outras áreas.

— O cliente hoje ficou, de certa forma, mais distante. A publicidade é a ponte para cobrir essa distância. Mas não pode ser apenas o anúncio da mercadoria. É preciso que cada anúncio traga um outro tipo de mensagem e que o conjunto dos anúncios contribua para formar a imagem do que procuramos ser: uma cadeia de lojas que vende de tudo e oferece bom preço.

O Velho orgulha-se de ter participado de quase todas as criações publicitárias da empresa. A melhor delas vai desaparecer este ano justamente pelo seu sucesso crescente: o Papai Noel Prosdócimo ficou grande demais para Curitiba.

— Acho que o Papai Noel foi o que mais ligou a loja à cidade. Uma vez trouxemos uma atriz, a Araci Balabanian para participar da promoção. Ele não acreditou no que viu. Não imaginava tanta gente na rua por causa de uma iniciativa comercial. Um prefeito, creio que o Iberê de Mattos, quis comprar a idéia. Não vendi. Não podia, podia?

1945. Terminou a Segunda Guerra Mundial e com ela a época da importação — embora muitos não percebessem.

Prosdócimo criou a Refrigeração Paraná que hoje detém mais da metade do mercado nacional de freezer. E acabou com muitos problemas. Como aquele que surgiu após a importação de 60 geladeiras a querosense.

— Trouxemos as geladeiras e o pessoal pensou: “Se o Prosdócimo comprou e porque é bom”. As 60 geladeiras saíram num instante e foram parar em locais distantes, na praia, em fazendas. Mas começaram a aparecer defeitos. Mandávamos nosso pessoal, não havia meio de fazer funcionar.

Acabamos chamando um técnico da fábrica. Ele examinou todas as geladeiras que tinham voltado ao depósito e deu o diagnóstico: “Não funcionam mesmo”. “E o que fazemos com elas”? “Joguem ao mar”. Devolvemos o dinheiro aos compradores, pedimos desculpas e tratamos de jogar as geladeiras no mar. Para oficializar tudo lá estava o consul inglês Gomm com uma Bíblia na mão. Prestamos juramento e as geladeiras começaram a ser jogadas na água. Aquela cena, toda a solenidade, sabe o que parecia? Um enterro de almirante inglês.

De novo os olhos brilham. Pela recordação das geladeiras ou pela lembrança do mar. O mar faz parte da vida de Pedro Prosdócimo, que construiu seu próprio barco a 22 anos e adquiriu uma crescente intimidade com ventos e marés. São mãos fortes de pescador que agora tiram os óculos para limpar a lente. Mãos que trabalharam de muitas formas. Adaptáveis. Como nos anos da guerra, quando houve dificuldades para o comércio. Pedro Prosdócimo e seu irmão João Antônio procuraram uma solução para a loja quase sem estoque, da mesma forma que seu pai João fizera na guerra anterior.

— A solução foi a agricultura. Com ajuda do interventor Manoel Ribas iniciamos a plantação de arroz no molhado. Uma experiência pioneira no Paraná. Mas deu certo. Com o arroz ganhamos o dinheiro que não entrava na loja. E meu irmão, que sempre teve muito apego à terra, dirigiu essa “operação salvamento”.

Depois, um período de expansão só interrompido na metade da década de 60, devido à política de saneamento econômico do país. Já em 71, a cadeia estava pronta para novo salto. Ele veio com ajuda de um ex-vice-presidente da cadeia Macy's dos Estados Unidos, Norman Tarnoff, que trouxe conceitos modernos de marketing e merchandising.

— Algumas coisas para nós revolucionárias. Porque a loja não fica aberta durante o almoço? Porque ninguém fica aberto durante o almoço. O Norman saiu pela cidade com desses contadores que os controladores de cinema usam. Na volta uma torrente de informações. Muita gente estava abrindo no almoço. E muita gente estava entrando nas lojas abertas no almoço. Passamos a não fechar mais.

As mudanças foram de todo o tipo. Renovação completa da frota. Reciclagem de todos os funcionários. O interior das lojas ganhou colorido e vida. Foram feitas pesquisas — hoje sistemáticas sobre o que o público procurava em Prosdócimo e não encontrava. A linha de presentes — excessivamente sofisticada — ganhou um aspecto mais popular. (“Afim, não são só os ricos que dão presentes”). Houve facilidades e incentivo ao crédito feminino. E tudo foi feito dentro de uma idéia básica: manter a qualquer custo a filosofia do preço baixo.

A presença de Tarloff na empresa foi instigadora. Lançou a família Prosdócimo na corrida para aquisição de mais Know how. O filho Rogério e o genro Julio foram buscar na Europa um modelo. Encontraram na maior cadeia de lojas de departamento da Espanha, “El Corte Ingles”. O resultado: um pulo das novas lojas de 1971 para as 25 de hoje. E um cadastro de 225 mil clientes só em Curitiba. Na sala em que estão reunidos o diretor presidente com os diretores comercial e financeiro de Prosdócimo, fala-se em consolidação do crescimento.

— Quer dizer, a cadeia ficará nas 25 lojas?

— Não. É preciso crescer sempre. Hoje tratamos de conso-

lidar uma etapa de crescimento. Mas estamos pensando também que o mercado comprador aumenta. A capacidade de consumir também. Passou o tempo em que só o chefe da família trabalhava. Agora é a esposa, são os filhos. A renda familiar cresce. Isso significa um aumento da capacidade de adquirir bens de consumo. Se não estivermos prontos a fornecer essas mercadorias, alguém vai fornecer por nós.

Essa é uma das preocupações do Velho, um homem realizado que faz questão de não perder contato com todos os problemas do dia-a-dia da empresa. Por isso, a homenagem que a organização lhe prestou batizando com seu nome o centro administrativo está longe de ser um sinal de aposentadoria. É quando muito, um indício de que tudo vai bem e ele pode continuar dedicando parte de seu tempo à contemplação dos largos horizontes marítimos. Ou a convocar seu grupo de amigos para uma pescaria no Amazonas. Ou no Negro. Ou no Araguaia. Ou no Paraná. Ele sente que, cada vez que inicia uma batalha com um peixe, está desenvolvendo uma técnica e incorporando uma experiência de vida. Agora não usa mais as fortes linhas 90. Prefere as mais finas, que valorizam a conquista. Essa experiência resultou numa receita, que é para pescadores mas serve muito bem para empresários”.

— É preciso dar chance ao peixe.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTNO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

“A PRESENÇA DO LÍDER”

Ali Bark

No transcurso do quarto ano do desaparecimento físico do inolvidável estadista Bento Munhoz da Rocha Netto, juntamente com as homenagens que todos os seus amigos e todos os seus amigos e todos os paranaenses lhe prestam, impõe-se lembrar a permanência do seu vulto, do que ele foi como homem de pensamento, como político de larga visão e como humanista.

Muita coisa mudou nestes céleres quatro anos. O Brasil mudou. O mundo mudou. Se olharmos para trás, veremos, em sucessão vertiginosa, no tropel incoercível da evolução histórica, o volume assustador, às vezes harmonioso, às vezes caótico, das transformações sociais. O mundo muda num ano o quanto mudaria em dez, num passado recente, ou em cem num passado remoto.

Nesta era de cibernética e dos desencontros, da materialidade insensível e da deterioração da moral, em que os governos lutam contra a voragem multiforme das novas proposições e das águas turbulentas dos problemas que se agigantam, permanece, como um exemplo imortal, o perfil do nosso líder, aconselhando aquela calma, que só a conquistam os fortes, os verdadeiros timoneiros que não se apavoram no meio das tempestades. Permanecem os seus traços serenos, aconselhando o equilíbrio, a justiça, por que ele, como cristão verdadeiro que era, não se vingou, não perseguiu, não tripudiou jamais sobre os vencidos.

Sua presença agiganta-se no meio do pandemônio materialista do mundo moderno, porque ele não cedeu às seduções desse mundo. Como verdadeiro humanista, sempre conduziu seus atos, como homem público ou na sua vida privada, com os olhos fixos nos valores humanos. A massa para ele não era um campo de força a ser manobrado em termos de propaganda política com objetivos eleitorais e o indivíduo não era para ele senão a sua outra face, o prolongamento de si mesmo, porque via em cada homem o seu próximo, o seu irmão. A presença de Bento não é apenas uma página histórica. É uma lição de humanismo e de humanidade, numa era em que todos nos esquecemos de que nada valem as conquistas de ciência ou o enriquecimento deste ou daquele setor, se o homem for esque-

cido. Primeiro, todas as conquistas devem estar ao alcance do maior número de pessoas. Segundo, o bem estar dos homens e o respeito que lhe devemos como pessoa está acima de qualquer conquista material, porque, para usufruir as dádivas do progresso, o homem não pode estar brutalizado a ponto de se lhe escaparem os dons da vida e os dons do seu espírito.

Bento está mais vivo do que nunca. É o mestre da hora presente."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERNESTO GNOATO, EM SESSÃO REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

DISCURSO DE OSVALDINO SILVEIRA

"Exmo. sr. Jayme Canet Júnior, DD. governador do Paraná; Exmo. Sr. Osires S. Guimarães, Secretário dos Transportes; Exmo. Sr. Borsari Neto, secretário da Educação do Paraná; Exmo. Sr. Kurt Walter Hasper, prefeito municipal de Guaíra, DD. comandante da 5a. Companhia de Guaíra; deputados estaduais e federais, representantes da imprensa aqui presentes, distinto público, juventude de Guaíra, Senhores e Senhoras.

Boube-nos em nome dessa Câmara Municipal, a honra de saudar os dois mais novos e mais insígnies cidadãos guairenses, e é com orgulho sr. governador e sr. secretário dos Transportes, que Guaíra lhes outorga o título de cidadão honorário.

Nunca alguém fez tanto para merecê-lo: Guaíra esquecida nesse longínquo recanto do Paraná, esteve de tal forma abandonada sr. governador, por administrações anteriores a de V. Exa. que bastava apenas tropejar para as bandas do Paraguai, para que ninguém tivesse ânimo de viajar, já com a certeza de ficar atolado nas péssimas estradas existentes. Quantos de nós ficamos noites e noites atolados nos lamaçais das estradas que ligavam Guaíra a outros centros; e não eram só as estradas sr. governador, os meios de comunicações eram péssimos. Para se fazer uma ligação com a Capital do Estado, gastavam-se horas e horas, e hoje graças ao dinâmico governo de V. Exa.

temos boas estradas e podemos a qualquer instante falar através de discagem direta com qualquer parte do mundo.

Inacreditável como em tão curto prazo pudesse ser construído tantas estradas como já foi; eu não posso crer que no Paraná, exista alguém que desconheça a realidade, ou que nunca haja visto, ou falar de filas e filas de carros atolados nos lamaçais das péssimas estradas, não é possível que alguém sinta saudades desse passado recente, mais de triste memória para nós.

Antes de encerrar eu gostaria de dizer a V. Exa. sr. governador, da alegria de nosso povo por tê-lo como nosso mais novo concidadão, os sentimentos foram relegados por tanto tempo. Pensaram que Guaíra adormecesse sobre o Rio Paraná, e hoje senhor governador, V. Exa. com a varinha mágica do progresso vem despertar do seu longo sono; o dia de hoje estamos certos, será o marco inicial de uma longa caminhada para o progresso.

Uma grave ameaça pesa sobre nós, a natureza fulminada de anos para moldar esta maravilha universalmente conhecida como as 7 Quedas do Rio Paraná, e sobre ela, cai a terrível ameaça que vem em nome do progresso, serão inapelavelmente inundadas ... Mas temos a certeza sr. governador que V. Exa. pudesse ouvir os gemidos das pedras ouviria o apelo dramático: Jayme Canet Junior, governador do Paraná e cidadão guairense, salve-nos, não tenho a menor dúvida que V. Exa. tudo faria para atender o pedido de socorro que lhe fazem as quedas mas se por ventura a nossa, essa ameaça se concretizar, mesmo que em nome do progresso, sr. governador, não poderemos entregar de mãos beijadas.

Nesse momento estamos constituindo advogado, para que defenda o nosso direito junto ao governo federal e com a construção da hidrelétrica de Itaipu.

Foz do Iguaçu nada perdeu, e no entanto todos os olhos estão voltados para lá sem contar com os benefícios que tem recebido, e para Guaíra ameaçada de perder a sua riqueza de valor inestimável que são as quedas, que em compensação, será nada".